

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Márcia Rejane de Araújo Almeida

***Disclosure* de Práticas Socioambientais na Indústria Frigorífica de Porto Velho,
Rondônia**

PORTO VELHO

2014

MÁRCIA REJANE DE ARAÚJO ALMEIDA

***Disclosure de Práticas Socioambientais na Indústria Frigorífica de Porto Velho,
Rondônia***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto

PORTO VELHO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA CENTRAL PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

A447t

Almeida, Márcia Rejane de Araújo.

Disclosure de práticas socioambientais na indústria frigorífica de Porto Velho, Rondônia / Márcia Rejane de Araújo Almeida. Porto Velho, 2014.

80f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Porto Velho, 2014.

1. *Disclosure*. 2. Socioambiental. 3. Relatório de sustentabilidade. 4. Gestão Ambiental. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. II. Título.

CDU: 658:502(811.1)

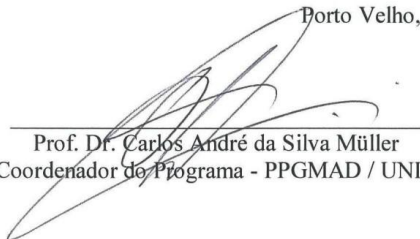
Bibliotecária Responsável: Eliane Gemaque / CRB 11-549

MARCIA REJANE DE ARAÚJO ALMEIDA

***Disclosure de Práticas Socioambientais na Indústria Frigorífica de Porto Velho,
Rondônia***

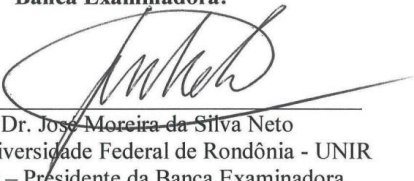
Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho, 19 de Setembro de 2014.

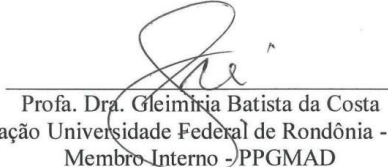


Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller
Coordenador de Programa - PPGMAD / UNIR

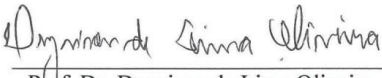
Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Orientador – Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dra. Gleiméria Batista da Costa
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Membro Interno - PPGMAD



Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR / Vilhena
Membro Externo - UNIR

PORTO VELHO
2014

Dedicatória:

Ao meu marido, Milcíades, pelo apoio e conhecimento que inspira e engrandece todos a sua volta. Somos abençoados por sua presença. Eu o amo.

Ao meu lindo filho Lucas, amor da minha vida... que abriu mão de atenção e carinhos e que juntamente com meus sobrinhos Isabela e Enzo suportaram as intermináveis conversas à mesa, sobre pesquisas e dissertações.

A minha irmã Carla que sonhou para ela e para mim, e me mostrou o caminho, apoiando sempre! Incondicionalmente! Amo todos vocês.

AGRADECIMENTOS

A meus queridos pais, Carlos e Cilinha, pela educação dada e pelos valores transmitidos durante toda a minha vida e que me proporcionaram chegar até aqui.

Obrigada a Milcíades, meu marido. Uma pessoa especial que Deus colocou em minha vida. Esteve comigo acompanhando, cobrando, muitas vezes revisando e corrigindo meus textos, principalmente. Incentivando-me a fazer o melhor. Obrigada por existir em minha vida.

Meu muitíssimo obrigada ao meu professor orientador Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto, por ter me aceitado como sua orientanda, ter apoiado e acreditado na minha pesquisa. Agradeço por toda inspiração que adquiri em sua companhia.

Aos professores do PPGMAD: Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller, Profa. Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza, Prof. Dr. Osmar Siena, o Prof. Dr. Theóphilo Alves de Souza Filho, Profa. Dra. Gleimíria Batista da Costa e o Prof. Dr. Flávio de São Pedro Filho, que por meio dos seus ensinamentos, possibilitaram-me a ampliação de conhecimentos. A todos, o meu agradecimento.

Aos autores citados nesta dissertação, por todo conhecimento compartilhado.

Aos meus colegas de turma, todos, todos, muito queridos, em especial a minha amiga Angelina Licório com quem compartilhei todas as alegrias e desafios no dia a dia nos últimos dois anos. Obrigada pela aprendizagem e carinho desses momentos que serão eternos.

Um agradecimento especial a hoje Profª Me. Carla Rossana de Araújo Torres Nogueira, uma irmã, presente em tempo integral, que me mostrou o caminho, o amor, o encanto por cada aula, cada professor, cada momento vivido em sala de aula - se ela pudesse viveria todo mestrado de novo, comigo, na minha turma!!

A equipe da SEDAM, em especial ao Sr. Francisco de Sales Oliveira dos Santos, Secretário-Adjunto, que contribuiu para o acesso aos relatórios e a possibilidade de realizar esta pesquisa.

Ao ILES ULBRA Porto Velho, que por meio do Diretor Geral, que acredita na educação e no desenvolvimento de seus professores, me concedeu todo o apoio de tempo necessário, para realizar esta pesquisa.

A UNIR, por oportunizar tanto aprendizado e mais esta conquista.

E, por fim, a todas as pessoas e instituições que contribuíram para que esta pesquisa fosse concluída. O meu sincero agradecimento.

"Não posso respirar, não posso mais nadar
A terra está morrendo,
Não dá mais para plantar
E se plantar não nasce, se nascer não dá
Até pinga da boa é difícil de encontrar

Cadê a flor que estava aqui? Poluição comeu.
E o peixe que é do mar?
Poluição comeu
E o verde onde é que está ?
Poluição comeu
Nem o Chico Mendes sobreviveu."

Luiz Gonzaga - "Rei do Baião"
Músico Brasileiro - Cantor e Compositor.

ALMEIDA, Márcia Rejane de Araújo. ***Disclosure de práticas socioambientais na indústria frigorífica de Porto Velho, Rondônia***. 2014. 79 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD). Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2014.

RESUMO

Um novo paradigma se impõe a toda sociedade: a gestão ambiental e a sobrevivência da espécie humana. Esse paradigma surge como um novo desafio às organizações e à forma como são geridas. Uma das formas de gestão utiliza a transparência de informações que causam impacto nos negócios, nos resultados, aproveitando as oportunidades e gerenciando os riscos, estabelecendo um clima de confiança entre as partes interessadas das empresas. Essa transparência é conhecida como *disclosure*, ou evidenciação. O *disclosure* das práticas socioambientais serve de base para um novo rumo, um diferencial na gestão competitiva, visto que as organizações precisam se adequar, ajustar as suas políticas, práticas, processos, investir nas competências existentes, buscar as competências necessárias, técnicas e sociais, competências essenciais para elaborar estratégias competitivas sustentáveis que garantam a sobrevivência e posição estratégica no mercado. Esta pesquisa realizou uma análise do nível de *disclosure* das práticas socioambientais das indústrias frigoríficas do município de Porto Velho, Rondônia, a partir das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e da norma ABNT ISO 26000 de responsabilidade social, por meio dos indicadores que ambas possuem em comum, em seguida, apresentou um diagnóstico das empresas estudadas. A população deste estudo foram as indústrias frigoríficas cadastradas na Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO, do final de 2013. Justifica-se a aplicação da pesquisa neste ramo por se tratar de um setor de grande e crescente representatividade na economia do Estado de Rondônia, onde há uma população de cerca de 1,7 milhão de habitantes para mais de 12 milhões de cabeças de gado, ao mesmo tempo, é um ramo de alto potencial de poluição ao meio ambiente. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, descritiva e realizada por meio de análise de conteúdo, cuja sustentação baseou-se na Teoria dos *Stakeholders* e na Teoria da Legitimidade. Realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a gestão ambiental e responsabilidade socioambiental das empresas. Neste estudo, apresentaram-se as correlações entre os temas centrais e as questões da norma ISO 26000 com os indicadores e categorias das diretrizes da GRI, mostrando a convergência entre esses instrumentos. Após a aplicação de questionário, de entrevistas com gestores e com base nos Planos de Controle Ambientais (PCA) e nos Relatórios de Monitoramento Ambientais (RMA) disponibilizados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM), avaliaram-se os 91 indicadores de desempenho, principalmente quanto à categoria ambiental. A partir desta avaliação, fez-se uma apresentação e discussão dos resultados, por meio de gráficos de barra, de vários aspectos relacionados, seguidos de um texto explicativo sobre os principais indicadores. A hipótese de trabalho e as hipóteses da pesquisa foram confirmadas, mostrando o baixo nível de *disclosure* das práticas socioambientais nas indústrias frigoríficas de Porto Velho, além da comprovação de uma alta complacência no setor, seja por parte das empresas, dos funcionários e dos órgãos fiscalizadores.

Palavras-Chave: *Disclosure*. Socioambiental. Relatório de sustentabilidade. Gestão ambiental.

ALMEIDA, Márcia Rejane de Araújo. **Disclosure of socioenvironmental practices in the slaughterhouse industry of Porto Velho, Rondônia.** 79 p. Thesis (Master Degree on Business Administration) of Postgraduate Program Master Degree in Administration (PPGMAD). Center for Applied Social Sciences (NUCSA). Federal University of Rondônia foundation (UNIR). Porto Velho, 2014.

ABSTRACT

A new paradigm is required to every society: environmental management and the survival of the human species. This paradigm emerges as a new challenge to organizations and the way they are managed. One of the ways management uses the transparency of information that impact business, results, seizing opportunities and managing risks, establishing a climate of trust between the stakeholders of companies. This transparency is known as disclosure, or evidenciation. The disclosure of environmental practices is the basis for a new direction, a differential in competitive management, as organizations need to adapt, adjust their policies, practices, processes, invest in existing skills, get the necessary technical and social skills, core competencies to develop sustainable competitive strategies that ensure the survival and strategic position in the market. This research makes an analysis of the level of disclosure of socioenvironmental practices of slaughterhouses in the municipality of Porto Velho, Rondônia, based on the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI) and the ISO 26000 standard for social responsibility using the indicators that both have in common, then presenting a diagnosis of the companies studied. The population of this study are the registered slaughterhouses in the Federation of Industries of the State of Rondônia - FIERO, at the end of 2013. The application of research in this field is justified because it is a large and growing sector representation of economy in the state of Rondônia, where there is a population of about 1.7 million to more than 12 million head of cattle, while it is a high potential for pollution to the environment. This is a qualitative and quantitative, descriptive and conducted through content analysis, which has the support to the Stakeholder Theory and the Legitimacy Theory research. A literature on environmental management and environmental responsibility of companies was conducted. Correlations between core subjects and issues of ISO 26000 with the indicators and categories of the GRI guidelines are presented, showing the convergence between these instruments. After the questionnaires, interviews with managers and based on environmental reports from the State Department of Environmental Development of Rondônia (SEDAM), 91 performance indicators, especially regarding the environmental category, were evaluated. From this assessment, there was a presentation and discussion of the results by means of bar graphs of various aspects, followed by an explanatory text on key indicators. The working hypothesis and the research hypotheses were confirmed, showing the low level of disclosure of environmental practices in slaughterhouses of Porto Velho, in addition to proof of a high complacency in the sector, either by businesses, officials and regulatory agencies.

Keywords: Disclosure. Socioenvironmental. Sustainability report. Environmental management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visão geral esquemática da Norma ABNT NBR ISO 26000	19
Figura 2 - Tripé da Sustentabilidade com as dimensões ambiental, econômica e social.....	22
Figura 3 - Processo de Elaboração do Relatório de Sustentabilidade.....	27
Figura 4 - A Estrutura de Relatórios da GRI.....	27
Figura 5 - Fontes de Complacência na Indústria frigorífica em Porto Velho	35
Figura 6 - Cadeia produtiva da Carne Bovina no Brasil	37
Figura 7 - Perfil dos frigoríficos nacionais em 2012	38
Figura 8 - Etapas da Pesquisa	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média do grau de aplicabilidade da Categoria Ambiental	54
Gráfico 2 - Análise dos indicadores do Aspecto Materiais	55
Gráfico 3 - Análise dos indicadores do Aspecto Energia	56
Gráfico 4 - Análise dos indicadores do Aspecto Água	57
Gráfico 5 - Análise dos indicadores do Aspecto Biodiversidade	58
Gráfico 6 - Análise dos indicadores do Aspecto Emissões.....	58
Gráfico 7 - Análise dos indicadores do Aspecto Efluentes e Resíduos	59
Gráfico 8 - Análise dos indicadores do Aspecto Produtos e Serviços	60
Gráfico 9 - Análise dos indicadores dos Aspectos Conformidade, Transportes e Geral.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas centrais da ISO 26000	19
Quadro 2 - Aspectos e indicadores da Categoria Econômica da GRI	28
Quadro 3 - Aspectos e indicadores da Categoria Ambiental da GRI	28
Quadro 4 - Aspectos e Trabalhistas e Trabalho Decente da GRI indicadores da Subcategoria Práticas	30
Quadro 5 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Direitos Humanos da GRI	30
Quadro 6 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Sociedade da GRI.....	31
Quadro 7 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Responsabilidade pelo Produto da GRI	32
Quadro 8 - Teorias Sociais utilizadas e suas principais aplicações no <i>disclosure</i> socioambiental.....	36
Quadro 9 - Classificação da pesquisa quanto a forma, aos fins, procedimentos e instrumentos conforme o objetivo geral	42
Quadro 10 - Classificação da pesquisa quanto a forma, aos fins, procedimentos e instrumentos conforme os objetivos específicos	42
Quadro 11 - Grau de Aplicabilidade de <i>disclosure</i> socioambiental	46
Quadro 12 - Temas e centrais da ISO 26000 categorias relacionadas da GRI G4.....	48
Quadro 13 - Correlações entre temas/questões da ISO 26000 e os indicadores da GRI G4.....	49
Quadro 14 - Seleção das empresas quanto à situação cadastral fiscal e ambiental	51
Quadro 15 - Distribuição dos Resultados da Análises dos Relatórios por Empresa comparado aos Indicadores do GRI na categoria Econômica	52
Quadro 16 - Distribuição dos Resultados da Análises dos Relatórios por Empresa comparado aos Indicadores do GRI na Categoria Ambiental	53
Quadro 17 - Distribuição dos Resultados da Análises dos Relatórios por Empresa comparado aos Indicadores do GRI da Categoria Social.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de relatórios de sustentabilidade da GRI por região	32
Tabela 2 - Quantidade de relatórios da GRI em países da América Latina	33
Tabela 3 - Rebanho bovino do Brasil por Estado em 2012.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIEC	Associação Brasileira de Indústrias Exportadores de Carne
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i>
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FIERO	Federação das Indústrias de Rondônia
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR	Norma Brasileira
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Plano de Controle Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RMA	Relatório de Monitoramento Ambiental
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho
S.A.	Sociedade Anônima
SOX	Lei Saberney-Oxley

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	16
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	
2.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	18
2.2	A NORMA ABNT NBR ISO 26000.....	19
2.3	GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	21
2.4	<i>DISCLOSURE</i> SOCIOAMBIENTAL E AS DIRETRIZES DA GRI.....	24
2.5	MUDANÇAS E COMPLACÊNCIA	34
2.6	TEORIA DA LEGITIMIDADE E TEORIA DOS STAKEHOLDERS.....	37
2.7	A AGROINDÚSTRIA FRIGORÍFICA.....	38
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
3.1	MÉTODO GERAL E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	42
3.2	HIPÓTESES DE TRABALHO E HIPÓTESES DE PESQUISA.....	45
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	45
3.4	TIPOS DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA	46
3.5	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	46
3.6	TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E/OU INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	47
3.7	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	48
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
4.1	CORRELAÇÕES ENTRE A NORMA ISO 26000 E AS DIRETRIZES GRI G4.....	49
4.2	PANORAMA DE <i>DISCLOSURE</i> NAS EMPRESAS	51
4.3	INDICADORES DE DESEMPENHO CONFORME OS RELATÓRIOS	52
4.4	DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS	64
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	66
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICE	74

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A responsabilidade socioambiental nas organizações está contribuindo para uma série de mudanças no cenário mundial. Apesar de recente, a função social das organizações tem tomado um novo rumo. Um marco histórico foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por ECO Rio 92, quando dezenas de países e chefes de estado se reuniram para analisar e definir metas e diretrizes globais. Outro marco foi quando a assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração do Milênio (ONU, 2000), contendo oito objetivos (com 22 metas e 48 indicadores), entre os quais, garantir a sustentabilidade ambiental. Em 2011, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicou o documento Relatório da Economia Verde, definindo como economia verde aquela que “[...] resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.” (PNUMA, 2011, p.9). Em 2012, ocorreu outra conferência, a Rio+20, em que foram avaliadas as ações nestes vinte anos da primeira conferência.

Todas essas ações mostram esse novo contexto da sociedade e trazem às organizações os desafios para a gestão no século XXI: tornar as organizações competitivas em um cenário de sustentabilidade ambiental, com a escassez cada vez maior dos recursos naturais, a conscientização da população desse cenário e as ações necessárias para esse novo paradigma, rumo a uma “Economia Verde”, vital para a continuidade da vida na Terra.

Para o propósito deste trabalho, partiu-se de definições de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e *disclosure* socioambiental. *Disclosure* e evidenciação, aqui tratados como sinônimos.

Cavalcanti (1998, p.165) diz que “[...] sustentabilidade é uma questão de harmonia entre o homem e a natureza.”, diz ainda que essa harmonia é uma realidade para o índio, cujo estilo de vida é “[...] baseado exclusivamente em fontes renováveis de energia.”. Ampliando a definição, Schmidt (2013) sentencia que

sustentabilidade é o balanceamento da proteção ambiental com o desenvolvimento, aqui entendido como um processo de transformação que combina crescimento econômico com mudanças sociais e culturais, reconhecendo os limites físicos impostos pelos ecossistemas, implicando assim que as considerações ambientais sejam incorporadas em todos os setores e também na arena política (SCHMIDT, 2013, p.1).

Para Bellen (2006, p. 23,24) “[...] o desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do Planeta, sem privilégios de espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema”. Mebratu (1998, p. 493) analisa que a maioria das definições dá ênfase a elementos específicos, e não consegue captar todo o espectro do conceito, estando estes em construção como em qualquer processo conceitual regido pela teoria evolutiva geral.

Tachizawa (2007, p.119) relata que as práticas de responsabilidade socioambiental das organizações estão diretamente ligadas ao seu planejamento estratégico, às decisões estratégicas, às decisões operacionais, ambientais e sociais, necessariamente focados na ética e na transparência, facilitando a comunicação com os *stakeholders*, ou seja, os investidores, clientes, fornecedores, governo e comunidade em geral. As políticas e ações das empresas são normalmente apresentadas em relatórios de sustentabilidade.

São encontrados vários termos para designar os relatórios de sustentabilidade, assim como a própria *Global Reporting Initiative* (2008) define:

Termo genérico adotado para designar diferentes tipos de relatório que se destinam à publicação do desempenho de uma organização, considerando um equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Relatórios dessa natureza são também frequentemente chamados de relatório social, relatório socioambiental e balanço social, entre outras denominações (GRI, 2008, p.12).

A finalidade de uma empresa elaborar e publicar relatórios de sustentabilidade, conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) é:

Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. ‘Relatório de sustentabilidade’ é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social (GRI, 2006, p.3).

A *Global Reporting Initiative* é uma organização não governamental e que desenvolveu uma estrutura padrão conhecida como Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, e, conforme a versão G4, tem o objetivo de "ajudar relatores a elaborar relatórios de sustentabilidade relevantes, que incluam informações valiosas sobre as questões de sustentabilidade mais cruciais para a organização" (GRI, 2013, p.3), de forma que os relatórios ambientais, econômicos e sociais, das organizações possam ser comparados com outros relatórios, assim como acontece com os relatórios financeiros.

A norma ABNT NBR ISO 26000, que não é uma norma certificadora, mas orientadora, sugere um conjunto de diretrizes sobre responsabilidade social para que as organizações as adotem no sentido de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Como

será mostrado ao longo desta pesquisa, essa norma tem uma série de convergências com as Diretrizes da GRI.

Além de o desenvolvimento sustentável ser prática que precisa incorporar-se nas organizações, cabe a estas aprimorar as práticas de *disclosure*. Por *disclosure*, Ferreira (1982), afirma que é o ato de tornar algo público e evidente. Andrade e Rossetti (2004, p.27) afirmam que *disclosure* é a transparência de informações que impactam os negócios, os resultados, as oportunidades e os riscos.

Pode-se inferir que o *disclosure* socioambiental, vai além do *disclosure* econômico, da informação evidenciada ou mesmo do *disclosure* empresarial obrigatório, o que é exigido por lei ou normas de cada setor. O *disclosure* socioambiental de modo geral tem um aspecto forte que é o fato de ser voluntário.

Dessa forma, é necessário responder ao seguinte questionamento: Em que nível o *disclosure* socioambiental dos frigoríficos do município de Porto Velho está alinhado com as diretrizes da GRI e da norma ABNT NBR ISO 26000 em suas políticas de gestão?

Para este trabalho, foi utilizada como fonte de consulta inicial um relatório emitido pela Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO), com as indústrias cadastradas em 2013. Foi selecionado o setor de indústrias de frigoríficos, por ser um setor de alta representatividade para a economia do Estado de Rondônia e considerado de alto potencial de poluição ao meio ambiente.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Consiste em analisar o nível de *disclosure* socioambiental aplicado na gestão das indústrias frigoríficas do município de Porto Velho, Rondônia, tendo como escopo as diretrizes da GRI e da norma ABNT NBR ISO 26000, por meio da análise de conteúdo.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que compõem o objetivo geral desta pesquisa consistem em:

- i) Levantar o estado da arte sobre o *disclosure* socioambiental;
- ii) Identificar as ferramentas utilizadas para a evidenciação das informações socioambientais nas empresas pesquisadas;

- iii) Apresentar um diagnóstico do *disclosure* socioambiental nas indústrias frigoríficas de Porto Velho.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O paradigma do desenvolvimento sustentável está posto para toda a humanidade. A sobrevivência da espécie humana e a preservação da natureza dependem diretamente da forma como esse paradigma vai ser encarado nas próximas décadas. As empresas, como organizações de cunho social, precisam encontrar a forma de se adequar a esse novo desafio, desenvolvendo a estratégia mais adequada. Para isso, precisam identificar e analisar as suas competências internas e as competências necessárias para implementação das estratégias, a lacuna existente precisa ser minimizada.

O perfil dos consumidores está mudando e a imagem socioambiental das empresas e de seus produtos e serviços é um fator primordial para que as empresas encarem esse novo paradigma. Tachizawa (2007, p.25) cita que uma pesquisa de 2001 mostrou que 68% dos consumidores brasileiros estavam dispostos até a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente.

Além de o desenvolvimento sustentável ser prática que precisa ser incorporar-se nas organizações, cabe a estas aprimorar as práticas de *disclosure* socioambiental. O setor da agroindústria, mais especificamente, o de frigoríficos, é considerado de alto grau de poluição tanto nos processos primários como no processo de transformação e agregação de valor na industrialização, além da questão da importância para a economia local.

O Estado de Rondônia, em processo crescente de industrialização, necessita de pesquisas mais aprofundadas sobre a gestão de suas empresas, como forma de análise, diagnóstico e perspectivas, mais especificamente para o setor industrial, do ponto de vista ambiental, pela contribuição para a discussão da utilização da Teoria da Legitimidade e da Teoria dos *Stakeholders*, que explicam alguns aspectos relacionados à evidenciação voluntária de informações socioambientais aos usuários múltiplos.

Esta pesquisa justifica-se por produzir e disseminar conhecimento sobre gestão das organizações, especialmente na região Norte. Está inserida no programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia, na linha de pesquisa Estratégias e Competências Organizacionais e tem inserção no eixo Estratégias Sustentáveis e Governança.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está dividida nos seguintes capítulos: este capítulo inicial que trata de uma visão geral do trabalho; o capítulo 2 trata do referencial teórico-empírico sobre o tema e os tópicos abordados nesta pesquisa, tais como gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, *disclosure* socioambiental e relatórios de sustentabilidade; o capítulo 3 trata da metodologia, sendo identificados os métodos, as técnicas, os instrumentos e os procedimentos para consecução do objetivo deste estudo; o capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa, as discussões quanto aos resultados e as análises com a base teórica; o capítulo 5 apresenta as conclusões e recomendações. Por fim, são listadas as referências bibliográficas citadas ao longo deste trabalho. No Apêndice consta o modelo de formulário utilizado para a coleta dos dados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Para Senge *et al* (2009, p. 9-12) moldar a sustentabilidade talvez seja o maior desafio de aprendizagem com que já se defrontaram os seres humanos. Ele aborda ainda que “[...] para moldar o futuro sustentável, todos nós precisamos trabalhar juntos de maneira diferente de como o fazíamos no passado.” E questiona: “Vamos proteger os costumes do passado ou nos associar à criação de um futuro diferente?” e responde: “Nenhum caminho para o futuro ignora as necessidades das gerações futuras”.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Os estudos sobre a responsabilidade social corporativa (RSC) têm início entre os anos de 1960 e 1970, contudo, é a partir da década de 1990 que as empresas efetivamente assimilam o conceito e aderem a essa concepção, instalando-se no ambiente organizacional a preocupação com o desenvolvimento da capacidade humana e com o bem-comum em substituição ao pensamento, exclusivamente econômico, antes vigorante.

A RSC exige uma postura ética dos empresários e atitudes na busca de uma melhoria na qualidade de vida não só de sua equipe e familiares, mas também da comunidade local e dos que se relacionam com a empresa.

Uma forma de avaliar e monitorar as práticas de responsabilidade socioambiental é através de indicadores de sustentabilidade para tal existem modelos sugeridos por várias organizações.

A preocupação com a sustentabilidade empresarial é um fato. O mercado não aceita uma empresa apenas parecer sustentável, as ações efetivas são cobradas pelos *stakeholders*. Os acionistas querem lucro, mas sabem que a boa imagem da empresa é fundamental para o seu desempenho, assim como sabem da necessidade de mensurar suas ações, seus controles e principalmente demonstrar seus valores. Paralela e indissociável à questão da sustentabilidade há a responsabilidade social corporativa, tema importante e concernente à função social da empresa. De acordo com o Instituto Ethos, a definição de responsabilidade social empresarial é:

[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatível com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2011, p.78).

A responsabilidade social corporativa está diretamente associada às estratégias sustentáveis de curto, médio e longo prazo, que são adotadas pela empresa e da forma como a empresa se relaciona com os seus *stakeholders* e com a comunidade onde está inserida.

2.2 A NORMA ABNT NBR ISO 26000

A norma internacional de responsabilidade social ISO 26000 foi elaborada por um grupo de trabalho sobre responsabilidade social, envolvendo especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais (ABNT, 2010, p. 5). A versão brasileira da norma, a ABNT NBR ISO 26000, foi elaborada na Comissão de Estudo Especial de Responsabilidade Social (ABNT/CEE-111), que participou também da elaboração da ISO 26000.

Trata-se de uma norma de diretrizes e não de certificação, ou seja, ela não possui um aspecto de medição para fins de obtenção de conformidade ou não com o teor da norma. Ela possui um conjunto de boas práticas relacionadas a partir do conhecimento teórico e prático das pessoas e organizações que fizeram parte do grupo de trabalho.

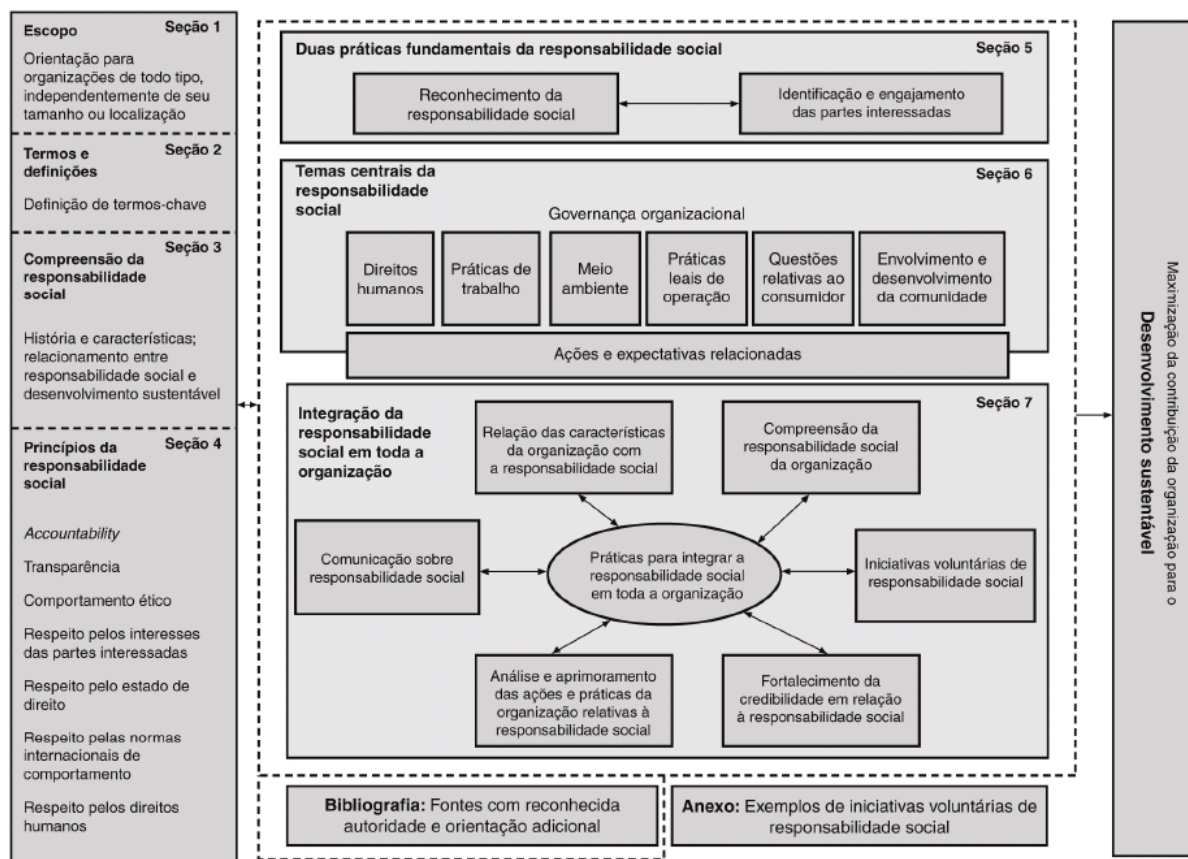
De acordo com a norma, a definição de responsabilidade social é:

responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente por meio de um comportamento ético e transparente que: contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (ABNT, 2010, p.4).

A norma fornece orientações para todos os tipos de organização, independentemente de seu porte ou localização, sobre: conceitos, termos e definições referentes à responsabilidade social; histórico, tendências e características da responsabilidade social; princípios e práticas relativas à responsabilidade social; os temas centrais e as questões referentes à responsabilidade social; integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável em toda a organização e por meio de suas políticas e práticas dentro de sua esfera de influência; identificação e engajamento de partes interessadas; comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes à responsabilidade social.

O documento é dividido em sete seções, conforme Figura 1, em que é mostrada uma visão geral esquemática da Norma:

Figura 1 - Visão geral esquemática da Norma ABNT NBR ISO 26000.



Fonte: ABNT (2010, p.11).

A Norma estabelece sete temas centrais para a RSC e questões relacionadas a cada tema, conforme exposto no Quadro 1:

Quadro 1 - Temas centrais da ISO 26000.

(continua)

Temas Centrais	Questões Relacionadas
Governança organizacional	---
Direitos humanos	<i>Due diligence</i>
	Situações de risco para os direitos humanos
	Evitar cumplicidade
	Resolução de queixas
	Discriminação e grupos vulneráveis
	Direitos civis e políticos
	Direitos econômicos, sociais e culturais
	Princípios e direitos fundamentais no trabalho
Práticas de trabalho	Emprego e relações de trabalho
	Condições de trabalho e proteção social
	Diálogo social
	Saúde e segurança no trabalho
	Desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho

(conclusão)

Temas Centrais	Questões Relacionadas
Meio ambiente	Prevenção da poluição
	Uso sustentável de recursos
	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
	Proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de <i>habitats</i> naturais
Práticas leais de operação	Práticas anticorrupção
	Envolvimento político responsável
	Concorrência leal
	Promoção da responsabilidade social na cadeia de valor
	Respeito ao direito de propriedade
Questões relativas ao consumidor	<i>Marketing</i> leal, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas
	Proteção à saúde e segurança do consumidor
	Consumo sustentável
	Atendimento e suporte ao consumidor e solução de reclamações e controvérsias
	Proteção e privacidade dos dados do consumidor
	Acesso a serviços essenciais
	Educação e conscientização
Envolvimento e desenvolvimento na comunidade	Envolvimento da comunidade
	Educação e cultura
	Geração de emprego e capacitação
	Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias
	Geração de riqueza e renda
	Saúde
	Investimento social

Fonte: Adaptado de ABNT (2010, p.9-10).

2.3 GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A gestão ambiental e a responsabilidade socioambiental são instrumentos gerenciais e estão intimamente ligadas ao planejamento estratégico da organização, à declaração de seus valores, à promoção da saúde e segurança de seus empregados, à preservação da qualidade do ambiente de trabalho, à preservação do meio ambiente e ao relacionamento com todos os seus *stakeholders*.

Andrade e Rossetti (2004), buscando atender a todas as ênfases sobre diversos aspectos da organização e que está diretamente associado à responsabilidade socioambiental, apresentam a seguinte definição para Governança Corporativa:

É um conjunto de valores, princípios, propósitos e regras que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das corporações, buscando a maximização da riqueza dos acionistas e o atendimento dos direitos de outras partes interessadas, minimizando oportunismos conflitantes com este fim. (ANDRANDE E ROSSETTI, 2004 p.52).

Para Tachizawa (2007, p.73), a responsabilidade social e ambiental pode ser resumida no conceito de efetividade, capacidade de fazer, de gerar resultados, como o alcance de objetivos do desenvolvimento econômico-social. Portanto, uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. Com essa visão e para nortear as organizações que desejam implementar estratégias ambientais e sociais, o Instituto Ethos sugere e incentiva o uso do Balanço Social como ferramenta de gestão socialmente responsável, dissemina inclusive um guia para elaboração do Balanço Social e de Relatório de Sustentabilidade, utilizando os modelos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do GRI, modelos que se complementam.

A implantação das boas práticas de responsabilidades socioambientais ainda é algo novo nas organizações. A política de adoção de um modelo de gestão ambiental e de responsabilidade social formaliza suas práticas e é uma maneira de minimizar os ruídos de comunicação com seus diversos públicos, tornar a imagem organizacional respeitada e fornecer garantias de médio e longo prazo ao mercado.

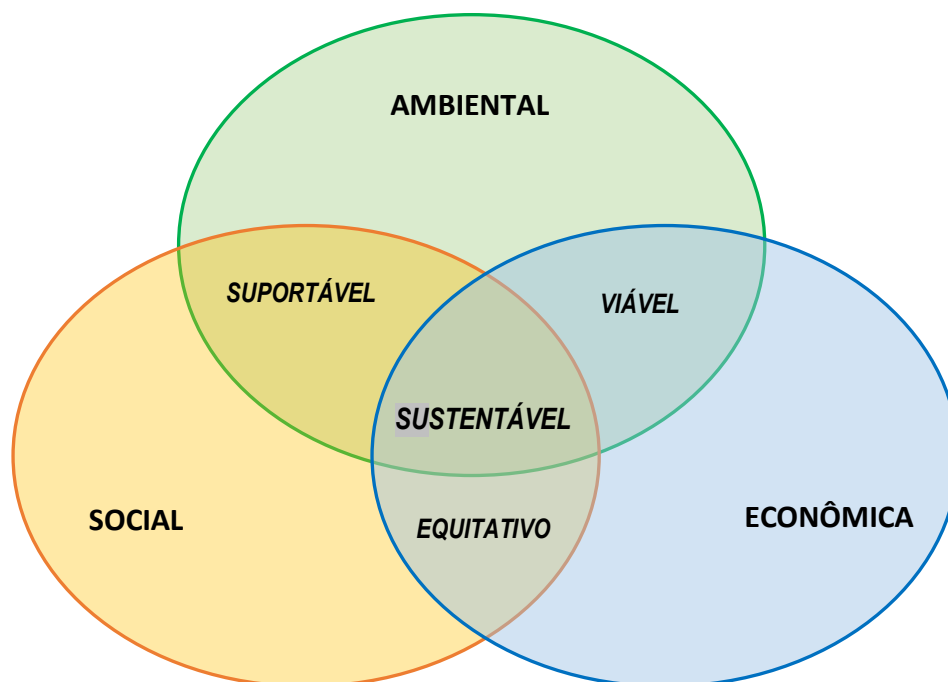
Paralela e indissociável à questão da sustentabilidade há a responsabilidade social corporativa, tema também importante e concernente à função social da empresa. De acordo com o Instituto Ethos, a definição de responsabilidade social empresarial é:

[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatível com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2011, p.78).

Barbieri *et al* (2010, p. 150) citam que as empresas precisam inovar considerando as três dimensões da sustentabilidade: a social, a econômica e a ambiental. Na dimensão social, existe a preocupação com os impactos das inovações nas comunidades, considerando os âmbitos internos e externos das empresas. Na dimensão ambiental, a preocupação é com os impactos no meio ambiente devido ao uso dos recursos naturais e pelas emissões de poluentes. Por último, a dimensão econômica se preocupa com a sua eficiência no uso dos recursos financeiros, vital para a sustentabilidade econômica das empresas e para a competitividade nos mercados em que atuam.

Conforme mostrado na Figura 2, o "ideal" para a sustentabilidade ocorre na intersecção dessas três dimensões.

Figura 2 - Tripé da Sustentabilidade com as dimensões ambiental, econômica e social.



Fonte: Adaptado de Barbieri (2010, p.152).

Aligleri (2011, p.85) cita que as empresas precisam adotar uma nova forma de conduta, baseado na pesquisa sobre a associação das ferramentas de gestão com os princípios ecológicos, confirma a hipótese dessa associação como uma forma benéfica de se alcançar a responsabilidade social e a sustentabilidade nas empresas.

Sampaio *et al* (2012, p.108) analisaram a presença de um processo isomórfico - que se apresenta com as mesmas formas - entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas de mineração, verificando até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza são semelhantes.

Costa, Gallon e Torres (2011, p.14) analisaram o conteúdo dos relatórios de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental considerando as dimensões da sustentabilidade e o tipo de *disclosure* adotado e concluíram a preponderância da dimensão social, especialmente social externa e do tipo de *disclosure* quantitativo não monetário; verificaram que a maior parte das empresas premiadas é de grande porte, de capital fechado, atuante nos setores de Energia, Serviços, Finanças e Bens de Consumo e possui natureza da atividade caracterizada como poluente, corroborando com o estudo de Oliveira (2005, p.1) que analisou como as 500 maiores empresas não-financeiras do Brasil estão divulgando informações de caráter socioambiental de forma organizada.

Os resultados dessas análises mostram que, quanto maior a empresa, mais se publicam balanços sociais, que as maiores empresas brasileiras divulgam em números similares as maiores empresas internacionais e as que mais publicam estão nos setores de atividades com alguns dos maiores impactos sociais e ambientais, como petróleo, eletricidade e gás. Verificou ainda que falta consistência na definição de alguns termos de qualidade de algumas informações e que os balanços sociais devem passar por um processo de normatização voluntária para que não percam a legitimidade.

Dessa forma, a orientação para uma gestão ambiental estratégica com responsabilidade social e ambiental das empresas é um desafio para enfrentar o paradigma do desenvolvimento sustentável que se impõe, e os relatórios de sustentabilidade podem ser utilizados como uma ferramenta para a evidenciação de suas políticas e ações para alcançar transformações necessárias nesse processo.

2.4 DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL E AS DIRETRIZES DA GRI

Percebe-se no panorama recente do mercado brasileiro um reflexo do que está ocorrendo há um pouco mais de tempo no panorama internacional, na busca pela maior transparência de informações e comportamento ético por parte das empresas e dos seus stakeholders, conforme LIMA (2007, p.5).

O termo *disclosure*, como sinônimo de evidenciação, transparência ou abertura de informações, de acordo com SALOTTI e YAMAMOTO (2005, p.3), vem sendo abordado na área da Contabilidade a partir da “Teoria da Divulgação”, conforme VERRECCHIA (2001, p. 3), buscando explicar a relação entre o fenômeno da transparência na divulgação das demonstrações contábeis e o valor das ações de uma companhia de capital aberto.

VERRECCHIA (2001, p.2-3) propôs uma categorização das pesquisas sobre disclosure em Contabilidade:

- i. Pesquisa sobre disclosure baseada em associação;
- ii. Pesquisa sobre disclosure discricionária;
- iii. Pesquisa sobre disclosure baseada em eficiência.

Na primeira categoria encaixam-se as pesquisas que avaliam como os aspectos externos associados ao disclosure influenciam no comportamento das preços das ações e no volume de negociação. A segunda categoria engloba os aspectos internos do disclosure entre os gestores e as empresas influenciam na transparência das informações neste ambiente interno e suas consequências no ambiente externo. A terceira categoria compõe-se das

pesquisas anteriores ao disclosure da informação contábil, ou seja, quando a divulgação ainda não ocorreu.

CHEN *et al* (2003) analisam a relação entre o *disclosure*, o custo de capital e a governança corporativa nos mercados emergentes asiáticos, a partir da observação de 545 empresas em nove países, mostrando a relação entre os melhores resultados e o nível mais alto de *disclosure*. LANZANA (2004) analisa a relação entre o *disclosure* e a governança corporativa no mercado brasileiro, a partir da observação de 36 empresas de capital aberto na BOVESPA, chegando também a conclusões semelhantes ao trabalho de CHEN *et al* (2003).

A partir do relatório de Cadbury, em 1992, a *accountability* e o *disclosure* passaram a ser valores fundamentais na governança corporativa. Com a Lei Saberney-Oxley (SOX), aprovada nos Estados Unidos em 2002, passaram juntamente com *Compliance* e *Fairness* a serem efetivamente os quatro pilares essenciais nas boas práticas de Governança também no Brasil. Tratando especificamente do *disclosure*, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) cita que:

Mais do que a obrigação de informar é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor (IBGC, 2009, p.19).

De acordo com o código das melhores práticas de governança do IBGC (2009, p.15), os princípios e práticas de governança corporativa se aplicam a qualquer tipo de organização, independentemente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle. Destaca ainda que a organização deve formalizar uma política de divulgação de informações. Essa política deve contemplar a divulgação de informações além das exigidas por lei ou regulamento. A premissa é que a divulgação seja completa, objetiva, tempestiva e igualitária.

Contrariando o IBGC (2009, p.19), Niyama e Gomes (1996) citam o *disclosure* apenas como financeiro e econômico:

[...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro (NIYAMA E GOMES, 1996, p. 65).

Para Murcia (2009, p.28) o *disclosure* pode alterar o comportamento dos gestores, a percepção dos usuários da informação e daqueles que a divulgam. Conforme Dantas *et al* (2005, p.3), para se atingir a evidenciação de forma apropriada, é preciso responder aos

seguintes questionamentos: "Para quem?", "O que?", "Como?", "Quanto?" e "Quando?" evidenciar.

As formas de divulgação das informações referentes às ações sociais e ambientais podem variar, podendo ser um documento separado, nesse caso, o balanço social ou relatório socioambiental ou ainda relatório de sustentabilidade, e pode vir integrado ao relatório anual da empresa.

A GRI define Relatório de Sustentabilidade como:

Um relatório de sustentabilidade é um relatório que divulga o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora [...] é a plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos bem como para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de uma forma contínua (GRI, 2013, p.5).

Para as empresas de capital aberto, é obrigatório a divulgação desses relatórios nos seus *websites*, assim como são disponibilizados nos *websites* das Bolsas de valores. No caso de organizações de capital fechado, não é obrigatória a divulgação pública, podendo informar apenas a seus acionistas.

A publicação do relatório socioambiental ou relatório de sustentabilidade contempla, além da transparência e da comunicação com seus *stakeholders*, a possibilidade de desenvolvimento de novos negócios, visto que a organização, à medida que é percebida como socialmente responsável, tem maior aceitação pela sociedade, tratando especialmente de boas práticas de governança corporativa, em que é inerente ao processo de valorização da empresa a apresentação anual de relatórios socioambientais.

Para incentivar o desenvolvimento socioambiental das empresas, com ações mitigadoras ou de compensação, o incentivo do governo e o próprio mercado fez com que as instituições financeiras adotassem regras para liberação de crédito geralmente condicionadas além do cumprimento das exigências financeiras ao da exigência também do cumprimento de ações sociais e ambientais, em geral por meio de publicações de relatórios de sustentabilidade.

Para avaliar o desempenho socioambiental das organizações, existem vários modelos de indicadores adotados. Todos divulgam informações destinadas a atender aos *stakeholders*, tais como: ETHOS, GRI, Balanço Social IBASE, Pacto Global, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Balanço Social - NBC T115, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), entre outros.

Segundo Veiga (2010, p.49), a avaliação, a mensuração e o monitoramento da sustentabilidade exigirão necessariamente uma trínca de indicadores, pois compõem diferentes dimensões que deverão ser analisadas. À luz desse pensamento, entende-se que é

necessário e deve ser realizada simultaneamente a mensuração da capacidade ou resistência ecossistêmica, qualidade de vida e desempenho econômico.

As diretrizes da GRI foram desenvolvidas em 1997. Surgiram a partir de iniciativas de diferentes entidades que, em parceria, reuniram organizações ambientais não governamentais como *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), e o PNUMA, entre outras, procurando atender aos interesses dos *stakeholders*, com foco em apoiar as tomadas de decisões por meio da inclusão de práticas relacionadas à sustentabilidade. Seu objetivo é elevar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade de forma que possa ser comparável entre empresas, com consistência e clareza das informações (GRI, 2006).

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório (GRI, 2010 p.7).

A estrutura do Modelo GRI fornece, por meio de seus indicadores, orientações sobre como as organizações podem mensurar e divulgar seu desempenho em relação à sustentabilidade. Os indicadores podem ser agrupados conforme as dimensões econômica, ambiental e social.

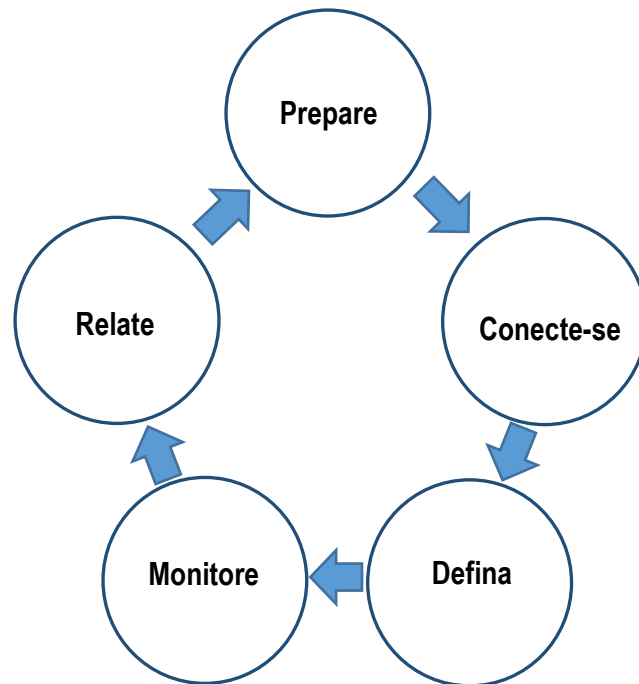
Conforme as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (GRI, 2010), os princípios estão organizados em dois grupos: princípios para determinar que temas e indicadores (definir conteúdo) a organização deverá relatar (materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangência); e princípios para assegurar a qualidade e a adequada apresentação das informações relatadas (clareza, equilíbrio, periodicidade, comparabilidade, exatidão, confiabilidade).

A GRI também orienta quanto ao estabelecimento do limite do relatório, fornecendo procedimentos a cada tipo de assunto: impactos e influências, tipos de indicadores, obrigatoriedade de inclusão, abordagens relevantes, exclusão de entidades.

Para corroborar com a proposta da GRI, em se tratando de planejamento, Sachs (2012, p.13) relata que é possível eliminar o desemprego e até o subemprego exercitando a abordagem sistêmica, identificando metas ambiciosas, viáveis e adequadas.

Percebe-se a forte ligação dessa etapa com a jornada do processo de elaboração do relatório de sustentabilidade proposto pela GRI, conforme apresenta a Figura 3:

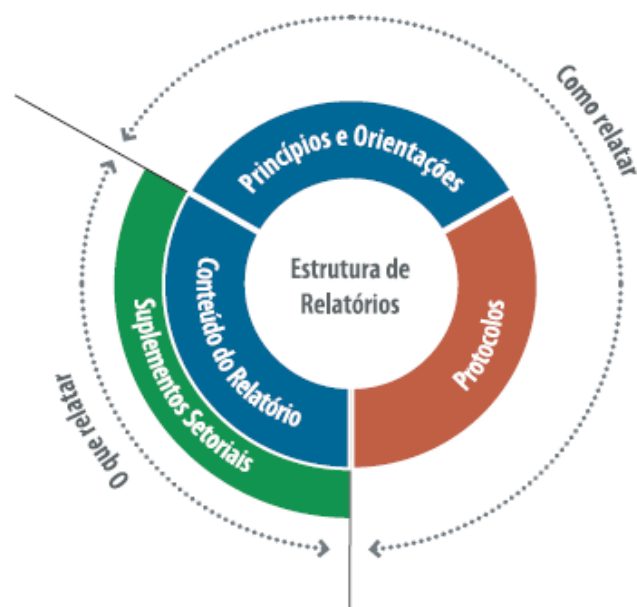
Figura 3 - Processo de Elaboração do Relatório de Sustentabilidade.



Fonte: Adaptado do GT GRI (2008, p.30).

As diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório, conforme apresentado na Figura 4:

Figura 4 - A Estrutura de Relatórios da GRI



Fonte: GRI (2006, p.3).

Os indicadores de desempenho da GRI requerem informações quantitativas e qualitativas sobre questões específicas. As Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da GRI (2013, p.44) fornece orientações sobre como as organizações podem mensurar e divulgar seu desempenho em relação à sustentabilidade. Os 91 indicadores são agrupados conforme as categorias, subcategorias, e aspectos. São três categorias principais: econômica; ambiental; e social. Essa última é dividida em quatro subcategorias: práticas trabalhistas e trabalho decente; direitos humanos; sociedade; e responsabilidade pelo produto.

A categoria Econômica possui quatro aspectos e nove indicadores, conforme Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Aspectos e indicadores da Categoria Econômica da GRI.

Aspecto	Indicador	Descrição
Desempenho Econômico	G4-EC1	Valor econômico gerado e distribuído
	G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas
	G4-EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de benefício definido da organização
	G4-EC4	Assistência financeira recebida do governo
Presença no Mercado	G4-EC5	Variação e proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes
	G4-EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes
Impactos Econômicos Indiretos	G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
	G4-EC8	Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos
Práticas de Compra	G4-EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

Fonte: Adaptado das diretrizes da GRI (2013).

A categoria Ambiental possui 12 aspectos e 34 indicadores, conforme Quadro 3:

Quadro 3 - Aspectos e indicadores da Categoria Ambiental da GRI. (continua)

Aspecto	Indicador	Descrição
Materiais	G4-EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume
	G4-EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem
Energia	G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização
	G4-EN4	Consumo de energia fora da organização
	G4-EN5	Intensidade energética
	G4-EN6	Redução do consumo de energia
	G4-EN7	Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços
Água	G4-EN8	Total de retirada de água por fonte
	G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
	G4-EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
Biodiversidade	G4-EN11	Unidades operacionais próprias dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
	G4-EN12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade

Aspecto	Indicador	Descrição
		situadas fora de áreas protegidas

(conclusão)

Aspecto	Indicador	Descrição
Biodiversidade	G4-EN13	Habitats protegidos ou restaurados
	G4-EN14	Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extensão
Emissões	G4-EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa
	G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia
	G4-EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa
	G4-EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa
	G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa
	G4-EN20	Emissões de substâncias que destroem a camada de Ozônio
	G4-EN21	Emissões de NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas
Efluentes e Resíduos	G4-EN22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação
	G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição
	G4-EN24	Número total e volume de vazamentos significativos
	G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentual de resíduos transportados internacionalmente
	G4-EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização
Produtos e Serviços	G4-EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços
	G4-EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminado por categoria de produto
Conformidade	G4-EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais
Transporte	G4-EN30	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados
Geral	G4-EN31	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, discriminado por tipo
Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	G4-EN33	Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais	G4-EN34	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Fonte: Adaptado das diretrizes da GRI (2013).

A categoria Social é dividida em quatro subcategorias: práticas trabalhistas e trabalho decente; direitos humanos; sociedade; e responsabilidade pelo produto. Os indicadores e aspectos dessas subcategorias são mostrados nos Quadros 4 a 7 a seguir:

Quadro 4 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente da GRI.

Aspecto	Indicador	Descrição
Emprego	G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região
	G4-LA2	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral, discriminado por unidades operacionais mais importantes da organização
	G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero
Relações Trabalhistas	G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva
Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e empregados de diferentes níveis hierárquicos
	G4-LA6	Tipos de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero
	G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas a sua ocupação
	G4-LA8	Tópicos relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos
Treinamento e Educação	G4-LA9	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminado por gênero e categoria funcional
	G4-LA10	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria
	G4-LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminados por gênero e categoria funcional
Diversidade e Igualdade de Oportunidade	G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria, de acordo com o gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4-LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	G4-LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas
	G4-LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações	G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Fonte: Adaptado das diretrizes da GRI (2013).

Quadro 5 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Direitos Humanos da GRI. (continua)

Aspecto	Indicador	Descrição
Investimentos	G4-HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos
	G4-HR2	Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados
Não - Discriminação	G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
Liberdade de	G4-HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a

Aspecto	Indicador	Descrição
Associação e Negociação		liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito

(conclusão)

Aspecto	Indicador	Descrição
Trabalho Infantil	G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
Trabalho Forçado/Escravo	G4-HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo
Práticas de Segurança	G4-HR7	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações
Direito dos Povos Indígenas e Tradicionais	G4-HR8	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito
Avaliação	G4-HR9	Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos
	G4-HR11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas	G4-HR-12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Fonte: Adaptado das diretrizes da GRI (2013).

Quadro 6 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Sociedade da GRI.

Aspecto	Indicador	Descrição
Comunidades Locais	G4-SO1	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local
	G4-SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais
Combate à Corrupção	G4-SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados
	G4-SO4	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção
	G4-SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Políticas Públicas	G4-SO6	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário
Concorrência Desleal	G4-SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de traste e monopólio e seus resultados
Conformidade	G4-SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos
Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	G4-SO9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade
	G4-SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas	G4-SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Aspecto	Indicador	Descrição
a Impactos na Sociedade		

Fonte: Adaptado das diretrizes da GRI (2013).

Quadro 7 - Aspectos e indicadores da Subcategoria Responsabilidade pelo Produto da GRI.

Aspecto	Indicador	Descrição
Saúde e Segurança do Cliente	G4-PR1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias
	G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado
Rotulagem de produtos e Serviços	G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências
	G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados
	G4-PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente
Comunicações de Marketing	G4-PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados
	G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados
Privacidade do cliente	G4-PR8	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes
Conformidade	G4-PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços

Fonte: Adaptado das diretrizes da GRI (2013).

Conforme Almeida, Silva Neto e Siena (2013, p.1), os estudos mostram que existe "uma adesão crescente de relatórios adeptos das diretrizes da GRI e a busca por qualidade na aplicação de conteúdo em seus relatórios."

Segundo HSM (2013, p.15), as empresas da América Latina foram responsáveis por apenas 11% dos relatórios de sustentabilidade elaborados com os padrões GRI, o número exato: 1.406 empresas, dos mais de 12 mil relatórios reunidos pelo banco de dados da GRI, a maioria é europeia, conforme distribuição apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de relatórios de sustentabilidade da GRI por região.

REGIÃO	NÚMERO DE RELATÓRIOS
Europa	5.416
Ásia	2.627
América do Norte	1.827
América Latina	1.406
África	669

Oceania	642
----------------	-----

Fonte: Adaptado de HSM (2013, p.15).

O Brasil possui uma cultura de divulgação de relatórios de sustentabilidade e comparado com os países da América Latina, destaca-se com um número expressivo, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de relatórios da GRI em países da América Latina.

PAÍS	NÚMERO DE RELATÓRIOS
Brasil	595
Chile	193
Argentina	140
Colômbia	114
Equador	45
Bolívia	24
Costa Rica	12

Fonte: Adaptado de HSM, 2013, p.15.

As estruturas dos relatórios da GRI utilizam um sistema de níveis de aplicação. Esses níveis são classificados conforme requisitos atendidos e podem ser: C, B e A, ou ainda C+, B+ e A+, caso tenha sido utilizada uma verificação externa para o relatório. Para uma empresa indicar que seu relatório é baseado nas diretrizes da GRI, ela deve declarar em que nível de aplicação se enquadra na estrutura.

Os níveis da GRI indicam qual a quantidade de conteúdo das diretrizes foi utilizada para o relatório de sustentabilidade, porém não fornecem um parecer sobre o desempenho da organização nem sobre a qualidade das informações constantes no relatório.

2.5 MUDANÇAS E COMPLACÊNCIA

Quando uma empresa trabalha o desenvolvimento sustentável a mudança é intrínseca ao processo e realizar uma mudança significativa, grandes mudanças ou mesmo algumas transformações, é um desafio para o gestor. Kotter (1997, p. 21) afirma que não há mudança sem perdas e identificou os oito erros mais comuns que as organizações podem evitar ou

minimizar os danos. Também sistematizou um processo de mudança em oito etapas, que, cumpridas sequencialmente, sintetizam um manual para mudanças bem sucedidas, independentemente da magnitude da organização. O primeiro erro identificado foi "Permitir Complacência Excessiva" e a primeira etapa para o processo de mudança bem sucedido é o "Estabelecimento de Um Senso de Urgência", ou seja, o Senso de Urgência é fundamental para alcançar o comprometimento e o resultado esperado e a complacência é muitas vezes um fator de grande reação contrária.

Complacência, conforme Giambiagi e Schwartzman (2014), está relacionada à inércia. Os autores consideram a inércia um dos maiores vícios nacionais e fazem uma analogia em um processo em que as coisas "não andam" porque em algum momento alguém não fez o que tinha que fazer. Destacam a importância da temática ambiental no processo decisório em diversas instâncias e consideram que os investimentos empresariais não deslancham, em geral, por impedimentos nas liberações.

De acordo com Kotter (1997), as pessoas se comportam com complacência por várias razões e destacou algumas das fontes de complacência: ausência de crise aparente que resulta no baixo senso de urgência; excesso de recursos aparentes; baixos padrões para análise de desempenho; estruturas com objetivos funcionais restritos; foco em índices errados; ausência de *feedback* externo; otimismo exagerado de gestores, entre outros.

Via de regra, as empresas encontram com facilidade grandes áreas geográficas, com recursos hídricos de fácil acesso, e, além disso, como a legislação é branda, torna-se também fácil considerar fatores sociais como "desculpa" para aceitar abusos na gestão ambiental.

Nesse setor de frigoríficos, a mão de obra é de baixa qualificação e, assim sendo, preocupa-se, em geral com o imediato, ou seja, com as suas necessidades básicas, ignorando os danos causados a médio e a longo prazo. Os frigoríficos, em geral, não se preocupam com investimentos para minimizar os danos ambientais.

As exigências legais, quando são cumpridas, ocorre após muita insistência dos órgãos de controle ou fiscalizadores, e o fazem minimamente em relação ao exigido. Os órgãos que controlam, conforme informado pelos técnicos entrevistados, estão sem estrutura física e de pessoal e acompanham o setor por amostragem ou quando existe denúncia.

Trata-se de um setor que possui um mercado promissor, com alta demanda de consumo pelos seus produtos, grande penetração no mercado e com pouco contato com a sociedade. Não existe a intenção de evidenciar informações, sejam elas ambientais, sociais ou financeiras. São várias as fontes de complacência no setor de frigoríficos, identificados neste estudo, conforme a Figura 5 a seguir.

Figura 5 - Fontes de Complacência na Indústria frigorífica em Porto Velho



Fonte: Adaptado de Kotter (1997, p.40).

Para Kotter (1997), a organização do futuro deve trabalhar o Senso de Urgência Persistente, pois, considerando que a velocidade das mudanças será cada vez maior, não há mais espaço para calma, para complacência, mas isso não significa pânico ou ansiedade, e, sim, um estado de complacência controlado ou anulado, em que a cultura é o agir com rapidez, imediatamente.

As informações, principalmente as corretas e transparentes, estarão disponíveis a quem interessar, especialmente sobre o desempenho da empresa. Com todas essas informações, fica aberto o canal para *feedbacks* honestos, e elas ainda podem trazer à tona situações reais, em

que o Senso de Urgência e o fazer imediatamente ajudarão as organizações a mudarem e a se adaptarem a um ambiente em transformação.

2.6 TEORIA DA LEGITIMIDADE E TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

No contexto de organizações do futuro, uma das formas que as empresas buscam para alcançar a legitimidade é o o *disclosure*; os estudos utilizam a Teoria da Legitimidade para explicar os mecanismos de *disclosure* socioambiental.

A Teoria da Legitimidade, de acordo com Dias Filho (2007, p.6), "baseia-se na ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar". Nascimento *et al* (2009, p.54) apresenta uma visão da Teoria da Legitimidade com foco na ação social, independentemente do que a lei impõe, afirmando que, nesta ótica, sua principal aplicação está no modelo de comunicação que a empresa adota para legitimar-se. Voss (2012, p.56) complementa essa visão afirmando que a Teoria da Legitimidade, juntamente com a Teoria dos *Stakeholders*, é suficiente para explicar os motivos que impulsionam uma organização ao *disclosure* ambiental.

Para Burgwal e Vieira (2014, p.65), a Teoria dos *Stakeholders* enfoca a comunicação com vários tipos de usuários. De acordo com essa teoria, a sociedade consiste de vários grupos de *stakeholders*, como investidores, fornecedores, funcionários, governos, clientes, sindicatos, entre outros.

Entende-se, neste estudo, que as Teorias da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders* se complementam e que servem de base para esta pesquisa. O Quadro 8 apresenta as duas teorias e suas principais aplicações no *disclosure* socioambiental.

Quadro 8 - Teorias Sociais utilizadas e suas aplicações no *disclosure* socioambiental.

Abordagem Teórica	Principais aplicações
Teoria da Legitimidade	Definição do modelo de comunicação que a empresa adota para legitimar-se. Estratégias de legitimação por meio do Disclosure Social e Ambiental
Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Destino da informação para múltiplos usuários. Abordagem contratual da empresa e partes interessadas.

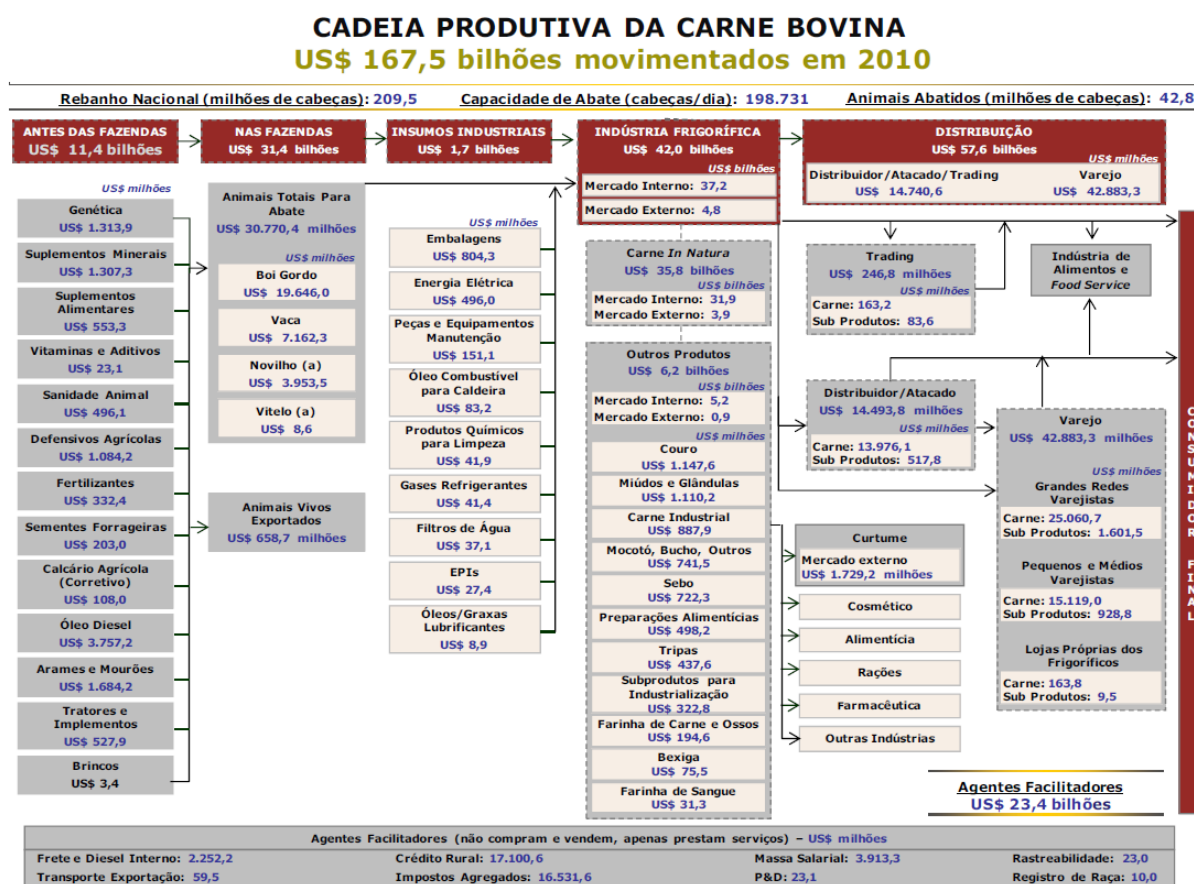
Fonte: Adaptado de Nascimento *et al* (2009, p.23).

Assim, baseado em Kotter (1997), Dias Filho (2007), Nascimento *et al* (2009) e Burgwal e Vieira (2014), a alta complacência, é um fator que dificulta o mecanismo de *disclosure* nas organizações, sendo que o *disclosure* socioambiental é uma forma de legitimidade da empresa com a sociedade.

2.7 A AGROINDÚSTRIA FRIGORÍFICA

Entende-se por "matadouro-frigorífico" o estabelecimento dotado de instalações completas equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de açougue, sob variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito de subprodutos não comestíveis (BRASIL, 1952). A Figura 6 a seguir mostra a cadeia produtiva da carne bovina.

Figura 6 - Cadeia produtiva da Carne Bovina no Brasil.



Fonte: ABIEC (2013).

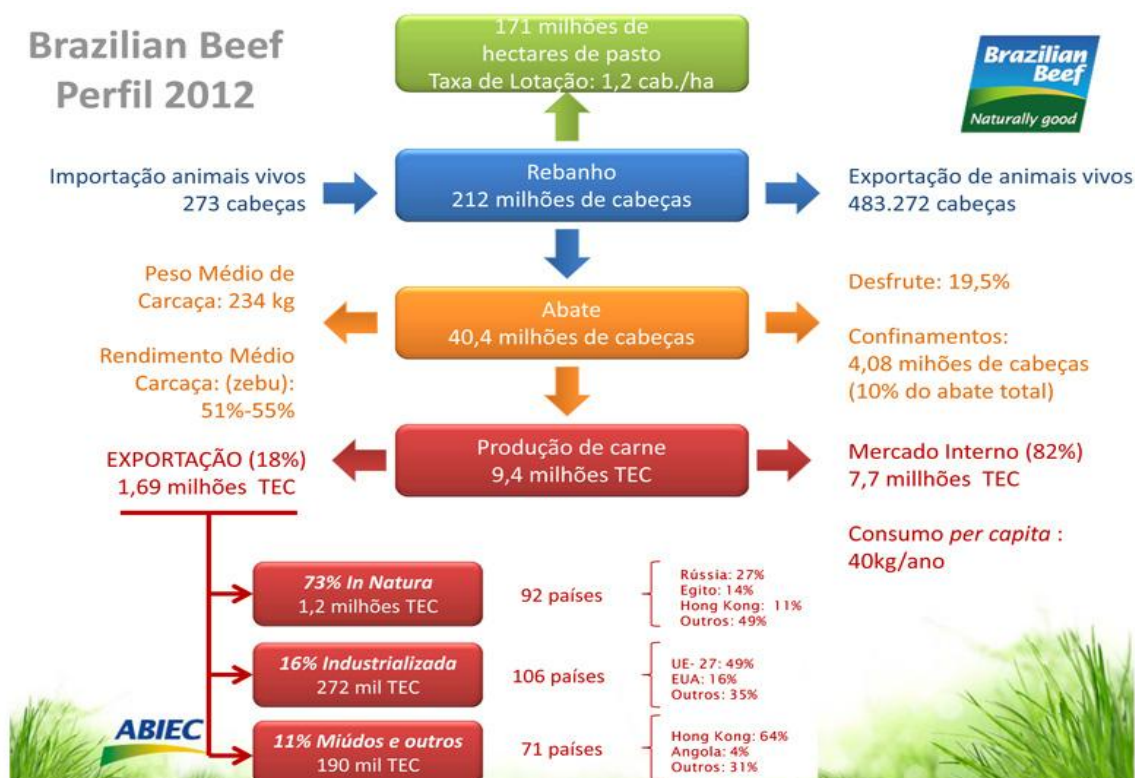
A pecuária de corte é uma das explorações agropecuárias mais significativas para o Brasil, tanto na geração de receitas internas como na pauta de exportação, e ainda agrega tecnologias que aumentam consideravelmente a produtividade, movimentando mais de 167 bilhões de dólares, de acordo com dados de 2010 da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), conforme apresentado na Figura 6.

Os agentes econômicos do fluxo produtivo, no caso da carne bovina, são: produção de insumos, produtores de bovinos, abatedouros/frigoríficos e a rede de distribuição (atacado e varejo). A cadeia produtiva da carne bovina no Brasil é complexa em relação à estruturação e aos agentes envolvidos.

A cultura de bovinos é um destaque brasileiro no cenário mundial, com o segundo maior rebanho e que se estimam mais de 200 milhões de cabeças. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2012).

No fluxo agroindustrial da carne bovina, o destaque se dá nas exportações de carne *in natura*, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 - Perfil dos frigoríficos nacionais em 2012.



Fonte: ABIEC (2013).

O desenvolvimento da produção no setor é apresentado nos números de 2013, que superaram 2012, de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE (2013), o abate de animais bateu recorde histórico no segundo trimestre de 2013, com mais de 8,5 milhões de cabeças. O recorde anterior era do quarto trimestre de 2012, com 8,2 milhões de cabeças abatidas. O número de cabeças abatidas em abril, maio e junho é de 11,7% maior do que o do segundo trimestre de 2012. O maior crescimento relativo no abate de bovinos, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, foi registrado no Sudeste (17%), seguido pelo do Centro-Oeste (14%), Norte (10%), Nordeste (6,2%) e Sul (2,3%).

O Estado de Rondônia ocupa o 6º lugar no Brasil em número de bovinos, apesar de ser apenas o 23º em população, com um rebanho de mais de 12 milhões de cabeças, conforme a Tabela 3. Possui 50 indústrias frigoríficas distribuídas pelo Estado, cadastradas na FIERO, sendo oito no município de Porto Velho.

Tabela 3 - Rebanho bovino do Brasil por Estado em 2012.

Unidade da Federação	Nº de Bovinos
Acre	2.628.883
Alagoas	1.296.489
Amapá	53.353
Amazonas	1.099.633
Bahia	11.440.834
Ceará	2.694.663
Distrito Federal	100.069
Espírito Santo	2.271.978
Goiás	21.911.007
Maranhão	7.403.542
Mato Grosso	28.651.256
Mato Grosso do Sul	20.441.021
Minas Gerais	24.102.215
Pará	15.541.556
Paraíba	1.194.247
Paraná	9.467.793
Pernambuco	2.004.766
Piauí	1.777.973
Rio de Janeiro	2.220.702
Rio Grande do Norte	1.090.579
Rondônia	12.212.647
Roraima	750.343
Santa Catarina	4.167.340
São Paulo	10.627.731
Sergipe	1.149.653

<u>Tocantins</u>	<u>8.063.710</u>
------------------	------------------

Fonte: Adaptado de MAPA (2012).

O Estado de Mato Grosso possui o maior rebanho, seguido pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará, somam 110.647.055 bovinos, que representam 56,93% do total de rebanho bovino no País. Rondônia ocupa a 6ª colocação nesse *ranking* com 6,28% do rebanho de bovinos nacional.

Esses números demonstram a grande importância econômica e, conseqüentemente, social que esse ramo da indústria tem no Estado de Rondônia e justifica a escolha para o desenvolvimento deste trabalho.

A política Nacional do Meio Ambiente dispõe que as empresas geradoras de resíduos devem apresentar o Plano de Controle Ambiental - PCA, atendendo à Lei Federal nº 6938 de 31/08/1981. O PCA é um instrumento de política ambiental, um documento necessário para o licenciamento ambiental, exigido pela Lei Estadual 547/93. No Estado de Rondônia, a Secretaria de Estado e Desenvolvimento da Amazônia - SEDAM é o órgão responsável pelas atividades inerentes à operação dos Frigoríficos. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA estabelece na Resolução nº 357/2005 e na Resolução 430/2011 como forma de garantir que os resíduos não irão afetar negativamente o meio ambiente.

O Governo do Estado de Rondônia regulamenta ainda o acesso às informações previsto nos artigos 5º, XXXIII e 216, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, por meio do DECRETO N. 17.145, DE 1 DE OUTUBRO DE 2012. (Portal da Transparência).

No caso dos Frigoríficos, considerados empresas de alta complexidade, a empresa deve apresentar trimestralmente o Relatório de Monitoramento Ambiental, acompanhado de seus boletins de análises físico-químicas das amostras coletadas.

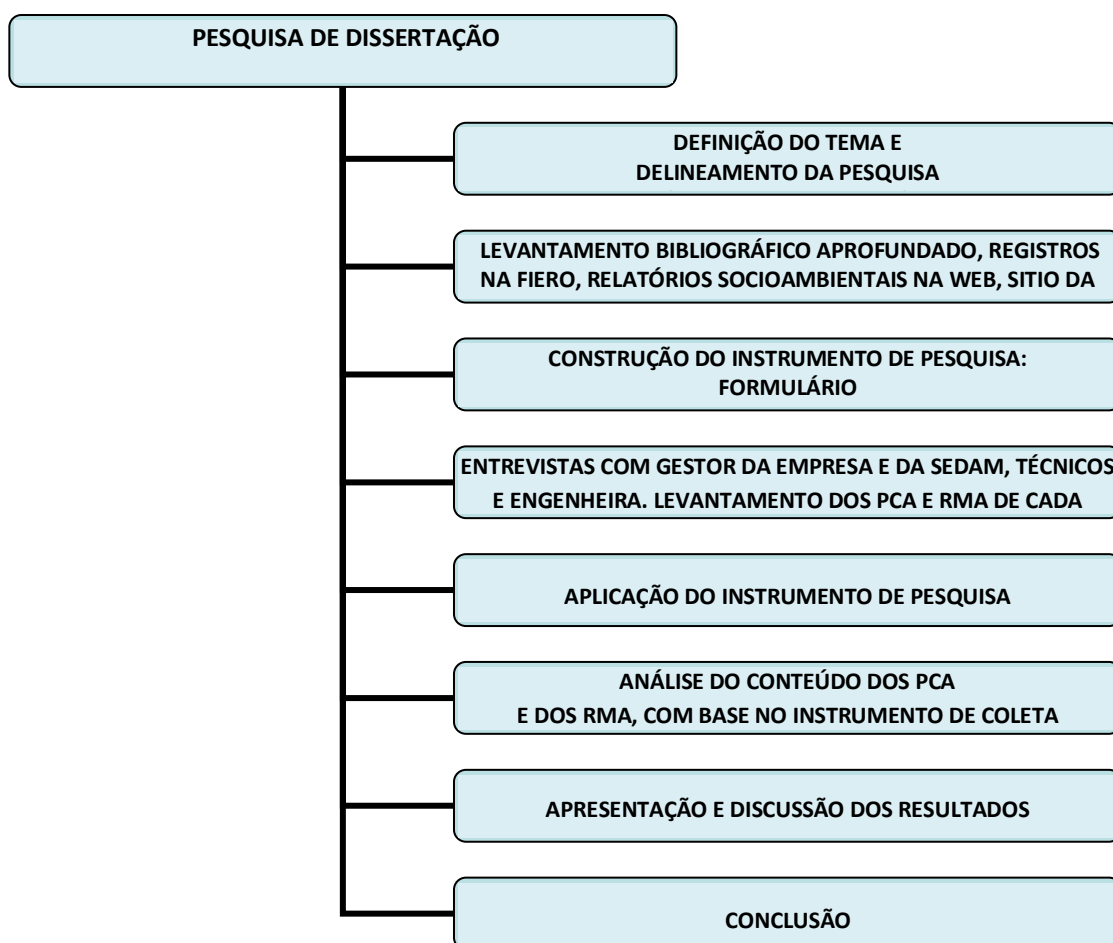
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 MÉTODO GERAL E ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta pesquisa se apoia na concepção filosófica pragmática que, para Creswell (2010, p.34), “[...] Surge mais das ações, das situações e das consequências do que das condições antecedentes”. Quanto à natureza da pesquisa, de acordo com Siena (2007, p.59), classifica-se como aplicada, já que objetiva “a geração de conhecimento visando a aplicação prática, direcionados para a solução de problemas específicos.”.

Com o intuito de responder ao problema da pesquisa, ou seja, se os frigoríficos do município de Porto Velho utilizam o *disclosure* socioambiental alinhado com as diretrizes da GRI e da Norma ISO 26000 em suas políticas de gestão, aos fins a que se propôs, a pesquisa foi realizada seguindo as oito etapas, não sequenciais, apresentadas na Figura 8:

Figura 8 - Etapas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Creswell (2010, p.35) afirma que "o pesquisador não apenas seleciona um estudo qualitativo, quantitativo ou de métodos mistos para conduzir, também decide sobre um tipo de estudo dentro destas três escolhas". Para maior clareza das decisões, foi elaborado o Quadro 9 a seguir.

Quadro 9 - Classificação da pesquisa quanto á forma, aos fins, procedimentos e instrumentos conforme o objetivo geral.

Objetivo Geral	Quanto a Forma de Abordagem	Quanto aos Fins	Quanto aos Procedimentos	Quanto aos tipos de Instrumentos
Analisar o nível de <i>disclosure</i> socioambiental aplicado na gestão das indústrias frigoríficas do município de Porto Velho, Rondônia	Método Misto (Qualitativa e Quantitativa)	Descritiva	Documental	Formulário e Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Nas pesquisas sociais, segundo Creswell (2010, p.240), a abordagem de métodos mistos ainda é relativamente nova nas ciências sociais e não é tão conhecida como os métodos quantitativos ou qualitativos. Para melhor visualização, a classificação das abordagens utilizada neste estudo, de acordo com cada objetivo específico, está apresentada no Quadro 10:

Quadro 10 - Classificação da pesquisa quanto à forma, aos fins, procedimentos e instrumentos conforme os objetivos específicos.

Objetivos específicos	Quanto a Forma de Abordagem	Quanto aos Fins	Quanto aos Procedimentos	Quanto aos tipos de Instrumentos e procedimentos
i) Levantar o estado da arte sobre o <i>disclosure</i> socioambiental no setor de Frigoríficos	Qualitativa	Exploratória	Bibliográfica	Fontes Bibliográficas
ii) Identificar as ferramentas utilizadas para evidencição das informações socioambientais nas empresas pesquisadas	Misto (Qualitativa e Quantitativa)	Exploratória Descritiva	Levantamento Documental	Relatórios, Formulários Entrevistas e Legislação
iii) Apresentar um diagnóstico do <i>disclosure</i> socioambiental nas indústrias frigoríficas de Porto Velho	Misto (Qualitativa e Quantitativa)	Descritiva	Documental	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Quanto à forma de abordagem da investigação, a pesquisa se dá pelo método misto, (QUAL/quan), combinando formas de investigação qualitativa e quantitativa que, conforme Creswell (2010, p. 27), “[...] é mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de

dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a de pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada”.

Quanto aos fins da pesquisa, é do tipo descritiva, por expor características de uma população. Conforme Gil (2002, p.42) "as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis". Neste estudo, foi feita a identificação das práticas de gestão utilizadas pelos frigoríficos, comparando-as com o modelo de diretrizes da GRI e/ou ISO 26000.

Quanto aos meios, trata-se um estudo documental. Foram utilizados os Planos de Controle Ambiental (PCA) e os Relatórios de Monitoramento Ambiental (RMA), documentos oficiais entregues a SEDAM, órgão fiscalizador, no que se referem às práticas ambientais dos frigoríficos no Estado de Rondônia, e que, segundo Flick (2009, p.234) "[...] devem ser vistos como forma de textualização da Informação [...] **e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos**" (Grifo do autor).

A técnica documental foi complementada pela abordagem de levantamento, ou *survey*, que, segundo Babbie (1999, p.95), aplica-se à aquisição de informações e opiniões de um determinado grupo sobre um assunto, por meio de um questionário ou de entrevistas com um enfoque explorativo no sentido de levantar aspectos ainda desconhecidos para serem analisados e apurados em fases seguintes. O *survey* tem grande número de variáveis à disposição, assim é possível analisar a importância relativa de cada uma. Para tanto, foram realizadas três entrevistas com servidores da SEDAM responsáveis pelo monitoramento e pela fiscalização das práticas ambientais das indústrias, e com três gestores ambientais das empresas, sendo um representante de cada empresa.

Para procedimentos de investigação foi utilizado o método estatístico, “caracterizado pela redução de fenômenos a termos quantitativos, obtendo representações simples a partir de conjuntos complexos” (SIENA, 2007, p.59). Considerando o tamanho do universo e da amostra da pesquisa, o programa Microsoft EXCEL foi suficiente para o estudo.

Quanto aos métodos de procedimentos, o principal utilizado foi a análise de conteúdo. "Por análise de conteúdo entende-se um conjunto de técnicas que visam, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos de mensagens, obter indicadores que permitam tirar inferências sobre as condições de produção e/ou recepção das mensagens." (SIENA, 2007, p. 72).

Segundo Bardin (2004, p.117), as categorias são grandes grupos compostos por subcategorias, que, por sua vez, são compostas por unidades de registros. O agrupamento das

categorias é realizado por meio de características em comum com as informações analisadas, ou seja, classificam-se as informações similares em categorias, a fim de se realizar melhores inferências.

3.2 HIPÓTESES DE TRABALHO E HIPÓTESES DE PESQUISA

A declaração das hipóteses de trabalho e de pesquisa, nesse estudo, tem o objetivo de ampliar a compreensão do problema, conforme Cuenca *et al* (2008), "Elas norteiam o processo de investigação". A pesquisa qualitativa é indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos, de acordo com Reneker (1993).

Hipótese de trabalho: As indústrias frigoríficas de Porto Velho não utilizam o *disclosure* socioambiental nas suas estratégias/políticas de gestão e de comunicação e desconsideram a possibilidade deste ser uma vantagem competitiva sustentável.

Hipóteses de pesquisa:

- i. Hipótese I – A gestão das indústrias desconhece a legislação e o novo perfil do consumidor;
- ii. Hipótese II – A cultura de exploração dos recursos sem responsabilidade e punições se sobressai à ética ambiental;
- iii. Hipótese III – Há ausência de profissionais com as competências necessárias para oportunizar as estratégias como ferramenta de gestão ambiental e como vantagem competitiva;
- iv. Hipótese IV – Custo elevado para viabilizar o *disclosure* socioambiental.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa são as oito Indústrias Frigoríficas do Município de Porto Velho, com cadastrado ativo na FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, em setembro de 2013.

Optou-se por determinar três critérios para a aplicação da pesquisa.

- i) O primeiro critério da pesquisa foi verificar se o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da empresa está ativo (um CNPJ estava suspenso);

- ii) O segundo critério foi verificar a emissão da Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (três empresas estavam com restrições);
- iii) Por último, foi verificado no âmbito estadual, na SEDAM, a existência da Licença de Operação Ambiental (três delas não possuem licença).

Assim, dentro dos critérios estabelecidos, do universo de oito indústrias frigoríficas, a amostra ficou com uma representatividade de cinco empresas, o que significa 62,5% do total que poderia ser pesquisado.

3.4 TIPOS DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA

Os dados coletados são dos tipos primários e secundários. Foram levantados na pesquisa documental, diretamente na SEDAM, nos Planos de Controle Ambiental e Relatórios de Monitoramento Ambiental das empresas selecionadas para a pesquisa, Registros da FIERO, Legislação ambiental, nos *sites* do Governo Federal e Estadual, Normas e Diretrizes. Foram coletados também por meio de entrevistas não estruturadas e com o preenchimento do formulário elaborado para a pesquisa. Os dados do tipo primário são coletados ou produzidos pelo pesquisador com a finalidade específica de resolver o problema de pesquisa. Os dados secundários estão à disposição do pesquisador, oriundos de outros estudos.

A coleta de dados e preenchimento do formulário, conforme modelo no Apêndice, se deu em um determinado momento, o que Siena (2007, p.69) classifica como de corte transversal.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para alcançar o objetivo, foram utilizados como instrumentos de coleta: análise documental, entrevista não estruturada e formulário. A análise documental, foi utilizada com o objetivo de verificar a evidenciação da informação formalizada. A entrevista não estruturada foi utilizada com o objetivo de compreender como os órgãos fiscalizadores fazem o monitoramento e fiscalização das empresas e informações disponibilizadas em cada PCA e RMA. O formulário foi utilizado como instrumento de parâmetro para coleta de dados, elaborado a partir das diretrizes da GRI e da norma ISO 26000, contemplando as suas categorias e indicadores, conforme apresentado no Apêndice do trabalho.

3.6 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E/OU INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a análise dos dados coletados a técnica de pesquisa utilizada foi a análise de conteúdo, por sua característica de codificação/categorização dos dados, conforme Bardin (2004, p.37):

[...] como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A utilização da técnica de análise de conteúdo, prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração de materiais e tratamento dos resultados, segundo Godoy (1995, p.24). Foram utilizadas técnicas estatísticas simples, utilizando a escala Likert, visando a uma compreensão mais profunda da gestão das indústrias frigoríficas de Porto Velho e a relação das variáveis competitivas em relação a questões ambientais.

Para que o modelo base utilizado (instrumento de verificação) fosse o mais adequado para as indústrias frigoríficas, foi realizada, antes da aplicação da pesquisa, uma pré-análise comparando as categorias da GRI com a ISO 26000, conforme mostrado no Quadro 10 do capítulo 4.

Com essa análise foi criado o instrumento de coleta de dados (exploração do material), utilizando a Escala Likert, para codificar e mensurar as informações. Foi convencionado que todos os indicadores possuam o mesmo peso, assim como foi convencionado que a escala varia de 0 (não se aplica) a 10 (e o indicador for totalmente aplicado na empresa), conforme Quadro 11:

Quadro 11: Grau de Aplicabilidade de *disclosure* socioambiental.

Grau de Aplicabilidade	Escala Likert	Descrição
Não se aplica	0	Inexistente ou não declarado
Baixo	1 ou 2	Existe pouca prática dos indicadores
Moderadamente Baixo	3 ou 4	Indicadores estão em estágio inicial de execução
Moderado	5 ou 6	Indicadores estão em estágio intermediário
Moderadamente Alto	7 ou 8	Indicadores estão em estágio avançado
Alto	9 ou 10	Indicadores são totalmente aplicados e executados

Fonte: elaborado pela autora.

Tratamento dos dados: O formulário foi o instrumento utilizado como parâmetro para análise dos Planos de Controle Ambiental e os Relatórios de Monitoramento Ambiental das cinco indústrias, coletando os dados brutos para tratamento dos resultados e interpretação, apoiados no referencial teórico e com uma visão holística do tema pesquisado.

3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Sob a ótica das limitações, alguns aspectos merecem investigações mais detalhadas, para uma análise mais completa, em especial, a visita *in loco*, com acesso aos funcionários e gestores, processo que foi dificultado pela falta de consciência dos gestores, de incentivo à pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os indicadores obtidos por meio da análise da Norma ABNT ISO 26000 e as Diretrizes GRI G4 e as análises realizadas a partir dos resultados da pesquisa.

As empresas e os entrevistados tiveram suas identidades preservadas, como forma de resguardá-los, conforme acordado com a pesquisadora.

Com os dados coletados, foi possível apresentá-los em quadros e gráficos, facilitando assim a visualização e a compreensão deles, e, dessa forma, poder obter um diagnóstico do *disclosure* das práticas socioambientais nas empresas pesquisadas.

4.1 CORRELAÇÕES ENTRE A NORMA ISO 26000 E AS DIRETRIZES GRI G4

Tanto as diretrizes da GRI quanto a norma ISO 26000 têm o objetivo de melhorar o desempenho da responsabilidade social corporativa e da sustentabilidade. A GRI atuou como participante do grupo de trabalho que elaborou a norma, de modo que existe uma sobreposição e convergência entre os tópicos que abordam – categoria, aspectos e indicadores da GRI G4 e as cláusulas da ISO 26000, conforme Quadro 12.

Quadro 12 - Temas e centrais da ISO 26000 categorias relacionadas da GRI G4. (continua)

Temas Centrais da ISO 26000	Categorias Relacionados da GRI G4	
	Categorias	Subcategorias
Governança organizacional	Social	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
Direitos humanos	Social	Direitos Humanos
	Econômica	-
	Ambiental	-
Práticas de trabalho	Social	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
	Econômica	-
Meio ambiente	Ambiental	-
	Social	Sociedade
Práticas leais de operação	Social	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
		Direitos Humanos
	Econômica	-

(conclusão)

Temas Centrais da ISO 26000	Categorias Relacionados da GRI G4	
	Categorias	Subcategorias
Questões relativas ao consumidor	Social	Responsabilidade pelo Produto
	Ambiental	-
	Econômica	-
Envolvimento e desenvolvimento na comunidade	Social	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
		Direitos Humanos
		Responsabilidade pelo Produto
	Econômica	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Mais especificamente, os temas centrais da ISO 26000 encontram correlações nos indicadores da GRI G4, os quais atendem às questões relacionadas da norma, conforme Quadro 13:

Quadro 13 - Correlações entre temas/questões da ISO 26000 e os indicadores da GRI G4.

(continua)

Temas e Questões ISO 26000		Indicadores GRI G4
Temas Centrais	Questões Relacionadas	
Governança organizacional		LA12
Direitos humanos	<i>Due diligence</i>	HR1; HR4; HR5; HR6; HR9; HR10; HR11
	Situações de risco para os direitos humanos	HR4; HR5; HR6; HR7; HR8; HR9; HR10; HR11
	Evitar cumplicidade	EN32; EN33; LA14; LA15; HR1; HR2; HR4; HR5; HR6; HR7; HR9; HR10; HR11; SO9; SO10
	Resolução de queixas	EN34; LA16; HR3; HR8; HR12; SO11
	Discriminação e grupos vulneráveis	EC5; LA12; LA13; HR3; HR5; HR8
	Direitos civis e políticos	HR4; HR8
	Direitos econômicos, sociais e culturais	EC7; EC8; SO1; SO2
	Princípios e direitos fundamentais no trabalho	EC5; LA12; LA13; HR3; HR4; HR5; HR6
Práticas de trabalho	Emprego e relações de trabalho	EC5; EC6; EC9; HR3; LA1; LA4; LA12; LA13; LA14; LA15
	Condições de trabalho e proteção social	EC5; LA2; LA3; LA13
	Diálogo social	LA4; HR4
	Saúde e segurança no trabalho	LA5; LA6; LA7; LA8
	Desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho	LA9; LA10; LA11
Meio ambiente	Prevenção da poluição	EN20; EN21; EN22; EN23; EN24; EN25; EN26; EN27; EN28; SO1; SO2
	Uso sustentável de recursos	EN1; EN2; EN3; EN4; EN5; EN6; EN7; EN8; EN9; EN10; EN22; EN26; EN27; EN28; EN30
	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas	EC2; EN6; EN7; EN15; EN16; EN17; EN19; EN20; EN27
	Proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de <i>habitats</i> naturais	EN11; EN12; EN13; EN14; EN26

(conclusão)

Temas e Questões ISO 26000		Indicadores GRI G4
Temas Centrais	Questões Relacionadas	
Práticas leais de operação	Práticas anticorrupção	SO3; SO4; SO5
	Envolvimento político responsável	SO6
	Concorrência leal	SO7
	Promoção da responsabilidade social na cadeia de valor	EC8; EC9; EN30; EN32; EN33; LA14; LA15; HR1; HR4; HR5; HR6; HR7; HR10; HR11; SO4; SO9; SO10
	Respeito ao direito de propriedade	EC8; HR8; SO7
Questões relativas ao consumidor	Marketing leal, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas	PR3; PR4; PR7
	Proteção à saúde e segurança do consumidor	PR1; PR2; PR3; PR4
	Consumo sustentável	EN27; EN28; PR1; PR2; PR3; PR5
	Atendimento e suporte ao consumidor e solução de reclamações e controvérsias	PR5; PR9
	Proteção e privacidade dos dados do consumidor	PR8
	Acesso a serviços essenciais	EC8
	Educação e conscientização	PR3; PR4
Envolvimento e desenvolvimento na comunidade	Envolvimento da comunidade	EC1; HR8
	Educação e cultura	HR5
	Geração de emprego e capacitação	EC6; EC8; LA10
	Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias	-
	Geração de riqueza e renda	EC1; EC3; EC6; EC7; EC8; LA2
	Saúde	LA6; LA7; PR1; PR2
	Investimento social	EC1; EC7; EC8

Fonte: Elaborado pela Autora.

Conforme o Quadro 13, apenas uma das questões da norma ISO 26000 (Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias) não é coberta pelos indicadores da GRI, mostrando uma grande convergência entre a norma e as diretrizes.

4.2 PANORAMA DE *DISCLOSURE* NAS EMPRESAS

Conforme os critérios estabelecidos no processo metodológico exposto no Capítulo 3, as empresas B, C, D, E e G foram selecionadas a partir da consulta às situações cadastrais na Receita Federal (situação CNPJ e certidão de débitos federais) e quanto à situação da Licença de Operação Ambiental.

Da amostra de cinco frigoríficos selecionados, três aceitaram a realização de uma entrevista. Em uma delas, foi recomendado o não prosseguimento da pesquisa, informando "que estas informações são internas, que pertencem à empresa e que dificilmente esta pesquisa teria informações fornecidas pelos gestores dos frigoríficos", conforme apresentado no Quadro 14:

Quadro 14 - Seleção das empresas quanto à situação cadastral fiscal e ambiental.

EMPRESA	SITUAÇÃO CNPJ	CERTIDÃO DE DÉBITOS FEDERAIS	LICENÇA DE OPERAÇÃO AMBIENTAL
A	ATIVO	SIM	NÃO
B	ATIVO	NÃO	SIM (vencida)
C	ATIVO	NÃO	SIM (vencida)
D	ATIVO	SIM	SIM
E	ATIVO	SIM	SIM
F	ATIVO	SIM	NÃO
G	ATIVO	SIM	SIM
H	SUSPENSO	NÃO	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora.

Na segunda entrevista, uma gestora do setor chamado de "Meio Ambiente" demonstra desconhecer o que é um relatório socioambiental ou de sustentabilidade e seu conhecimento se reduz às práticas de campanhas mensais, como "semana da responsabilidade social", "orientações ao uso de equipamentos de proteção individual", "palestras de prevenção a doenças". Na terceira entrevista, o gestor afirma que "tem toda a documentação, mas que faz parte do aspecto estratégico da empresa, não podendo ser divulgado".

4.3 INDICADORES DE DESEMPENHO CONFORME OS RELATÓRIOS

Neste tópico, os indicadores de desempenho da GRI das cinco empresas selecionadas foram avaliados em cada categoria da GRI, utilizando o instrumento e a escala de valores (0 a 10), conforme descrito no capítulo 3.

4.3.1 Desempenho Econômico

Os indicadores da categoria econômica, após coleta dos dados do *disclosure* socioambiental das empresas pesquisadas, estão identificados no Quadro 15:

Quadro 15 - Distribuição dos Resultados da Análises dos Relatórios por Empresa

Comparados aos Indicadores do GRI na categoria Econômica.

INDICADORES DE DESEMPENHO - GRI							
CATEGORIA	ASPECTOS	INDÚSTRIAS					
		INDICA-DORES	B	C	D	E	G
Econômica	Desempenho Econômico	G4-EC1	0	0	0	0	0
		G4-EC2	0	0	0	0	0
		G4-EC3	0	0	0	0	0
		G4-EC4	0	0	1	0	0
	Presença no Mercado	G4-EC5	0	0	0	0	0
		G4-EC6	0	0	6	0	0
	Impactos Econômicos Diretos	G4-EC7	0	0	1	0	4
		G4-EC8	0	0	1	0	0
	Práticas de Compra	G4-EC9	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

O aspecto econômico está relacionado com o impacto que as políticas e práticas da empresa afetam os seus *stakeholders*, não trata da situação financeira da empresa, ainda assim é um aspecto que praticamente não é evidenciado nos PCAs e nos RMAs.

Apenas duas empresas fizeram menção e dois indicadores receberam uma abordagem significativa: G4-EC6 (proporção de funcionários contratados na comunidade local) e G4-EC7 (impacto do desenvolvimento em infraestrutura e serviços oferecidos), os demais não foram mencionados ou obtiveram o menor nível de mensuração relativo ao conteúdo declarado.

Uma das empresas faz parte de um grande grupo empresarial, com capital aberto na BOVESPA, no entanto, a análise da categoria Econômica se fez quanto à filial de Porto Velho, por isso que não foram evidenciadas informações dessa categoria tanto nas entrevistas quanto na análise de conteúdo.

4.3.2 Desempenho ambiental

A categoria ambiental obteve o maior nível de *disclosure*, entre as três categorias, pelas características do conteúdo do PCA e dos RMAs, que devem relatar principalmente informações ambientais. Praticamente todos os aspectos foram mencionados, sendo a ênfase nos aspectos: Insumos, Água, Efluentes e Resíduos, e Produtos e Serviços. Essa dimensão

também abrange impactos relacionados à biodiversidade, bem como à conformidade com as leis e regulamentos ambientais, apresentados no Quadro 16.

Quadro 16 - Distribuição dos Resultados da Análises dos Relatórios por Empresa comparado Aos Indicadores do GRI na Categoria Ambiental.

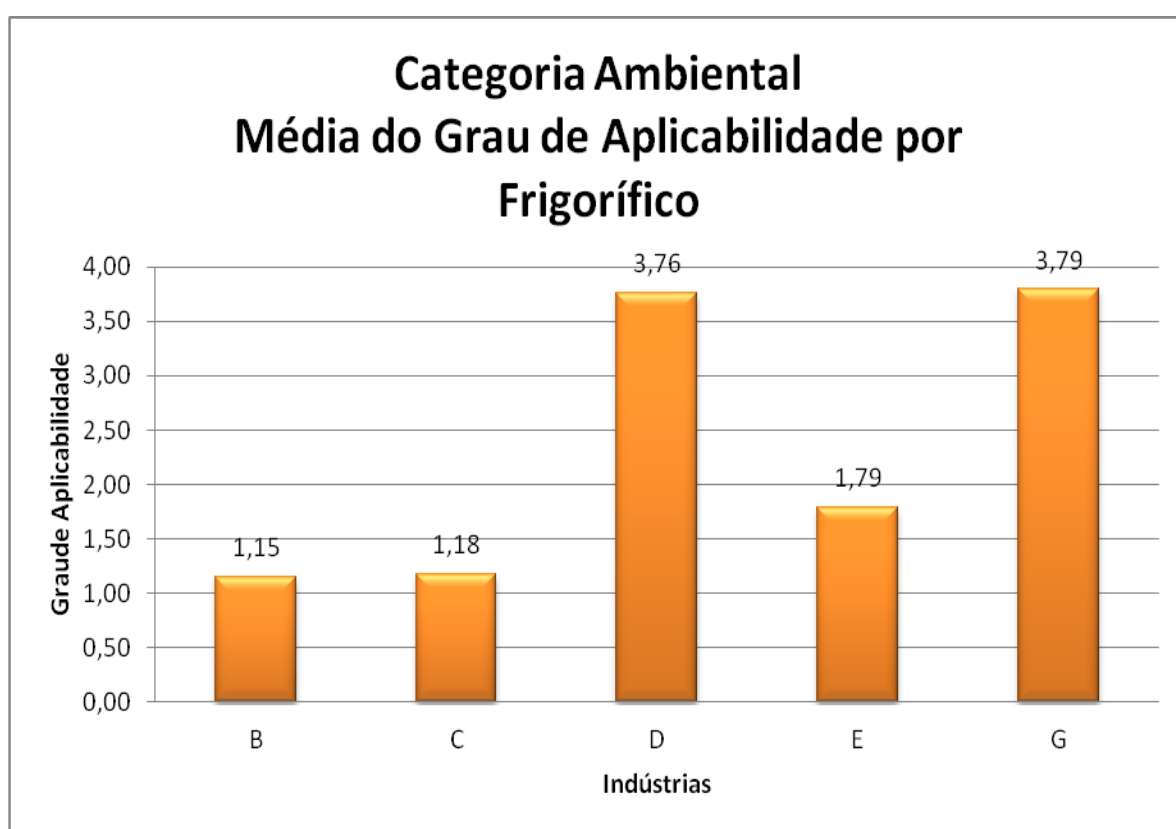
INDICADORES DE DESEMPENHO - GRI							
CATEGORIA	ASPECTOS	INDÚSTRIAS					
		INDICA- DORES	B	C	D	E	G
Ambiental	Materiais	G4-EN1	4	3	8	3	9
		G4-EN2	0	1	2	0	9
	Energia	G4-EN3	0	1	0	0	2
		G4-EN4	0	1	0	0	0
		G4-EN5	0	1	2	0	0
		G4-EN6	0	1	2	0	1
		G4-EN7	0	1	8	5	1
	Água	G4-EN8	6	3	8	5	9
		G4-EN9	4	3	8	5	9
		G4-EN10	0	3	5	3	9
	Biodiversidade	G4-EN11	0	0	5	5	0
		G4-EN12	0	0	2	2	9
		G4-EN13	0	0	4	1	0
		G4-EN14	0	0	5	1	0
	Emissões	G4-EN15	0	1	5	2	7
		G4-EN16	0	1	5	2	7
		G4-EN17	0	1	0	2	3
		G4-EN18	1	1	5	1	2
		G4-EN19	1	1	5	1	8
		G4-EN20	1	1	5	1	2
		G4-EN21	1	3	7	3	2
	Efluentes e Resíduos	G4-EN22	3	1	1	3	9
		G4-EN23	3	1	7	1	5
		G4-EN24	1	1	7	1	1
		G4-EN25	3	1	7	3	3
		G4-EN26	3	1	5	3	7
	Produtos e Serviços	G4-EN27	1	1	1	3	7
		G4-EN28	1	1	1	1	7
	Conformidade	G4-EN29	1	1	1	1	0
	Transporte	G4-EN30	1	1	1	1	1
	Geral	G4-EN31	1	1	0	1	0
	Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-EN32	1	1	5	1	0
		G4-EN33	1	1	0	0	0
	Mecanismos de Queixas e Reclamações	G4-EN34	1	1	1	0	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Os investimentos com tecnologia e gastos com áreas ambientais também são avaliados, sempre com o olhar voltado para os impactos que essas ações provocam, impactos que podem ser positivos ou negativos, ambientais, sociais e econômicos.

As empresas estão em níveis diferentes de relatos de conteúdo, conforme as diretrizes da GRI, além de relatar é necessário assegurar a qualidade da informação, de forma que as partes interessadas possam averiguar as informações de forma consistente. A média do grau de aplicabilidade de conteúdo está apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Média do grau de aplicabilidade da Categoria Ambiental.



Fonte: Elaborado pela autora.

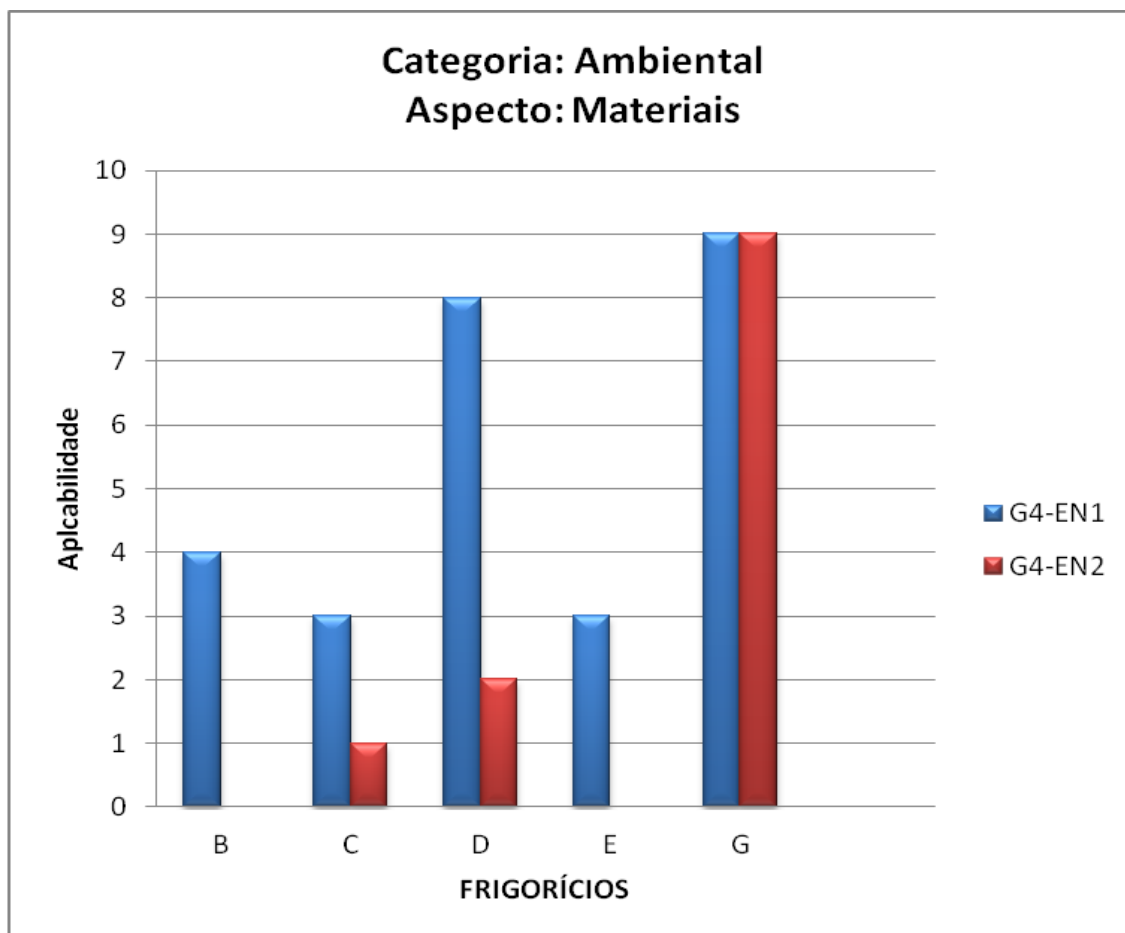
As empresas D e G possuem relatos na categoria ambiental com maior qualidade de informação e conseguem obter níveis mais altos de *disclosure* na avaliação dos indicadores, enquanto as empresas B, C e E relatam com baixa qualidade de conteúdo, ou seja, inviabiliza análises consistentes e consequentemente as tomadas de decisões por parte de seus usuários.

Na categoria ambiental, são avaliados os indicadores que tratam dos materiais utilizados no processo, a coleta dos dados está representada no gráfico 2

O aspecto "Materiais" é um dos que apresenta níveis mais expressivos, quando se refere ao volume do conteúdo relatado nos PCAs e nos RMAs, das empresas pesquisadas.

Todas fizeram menção ao peso ou volume de produtos utilizados diariamente ou mensalmente na indústria, algumas informando percentualmente a medida dos insumos utilizados, assim como detalham o processo e a reciclagem dos materiais, quando ocorre.

Gráfico 2 - Análise dos indicadores do Aspecto Materiais.

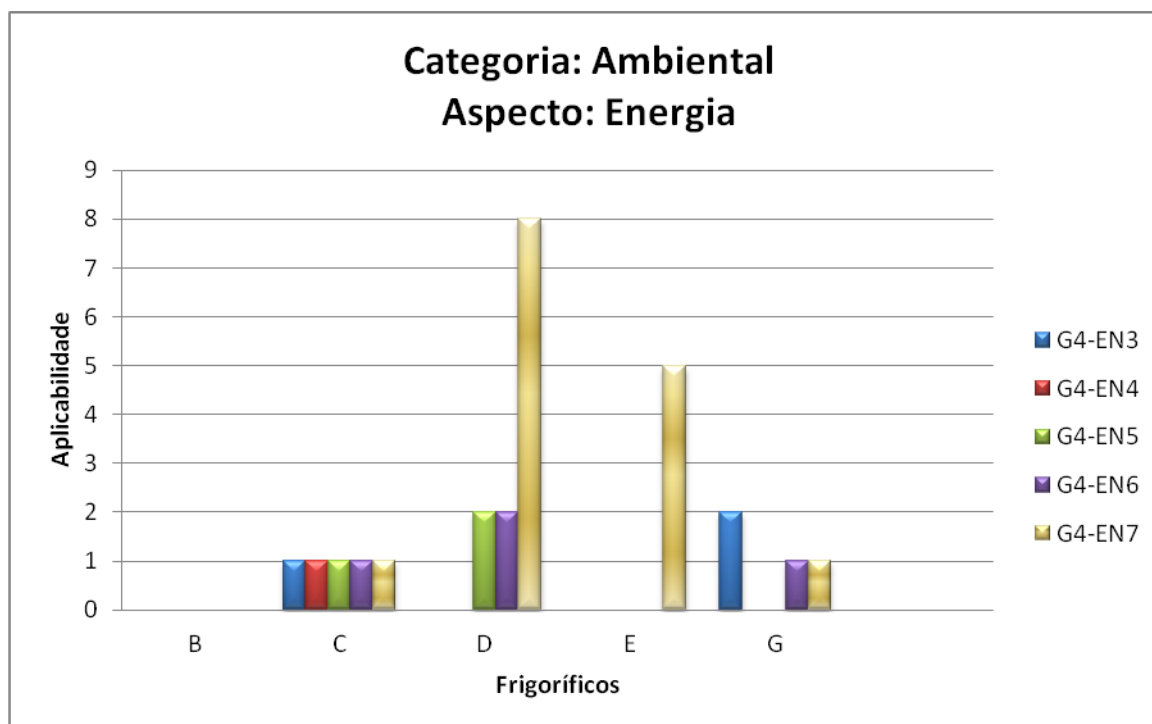


Fonte: Elaborado pela autora.

As empresas D e G, também se destacam nesse aspecto, com as informações relatadas e a qualidade das informações, considerando o parâmetro utilizado e já descrito no capítulo anterior. As informações relatadas pelas empresas B, C e E, também são mais expressivas neste indicador.

No aspecto "Energia" os indicadores refletem a evidenciação do consumo de energia da empresa e fora dela, a intensidade energética e as práticas para redução desse insumo.

O resultado da coleta está representada no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Análise dos indicadores do Aspecto Energia.

Fonte: Elaborado pela autora.

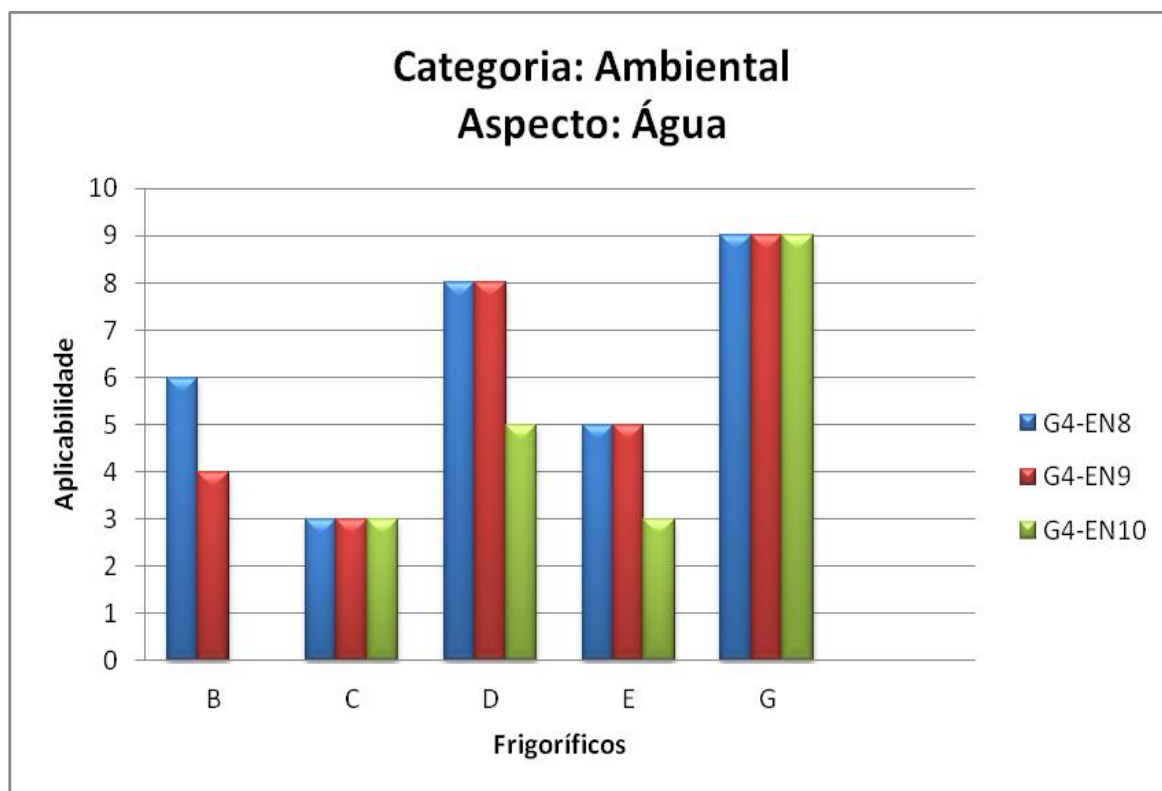
A empresa D relatou com mais qualidade de conteúdo o indicador G4-EN7 (redução nos requisitos de energia). A empresa E também relatou sobre o mesmo indicador com menor aplicabilidade. A empresa B não fez qualquer menção a esse aspecto e de forma geral todas as outras empresas fizeram alguma evidenciação com relação aos indicadores, porém, são informações pouco significantes quando se trata de energia.

Dentre os aspectos observados na pesquisa, o aspecto "Água" chama a atenção, como principal insumo e também como o maior volume de resíduos do processo. Em geral a água é extraída do Rio Madeira, apenas uma empresa declarou extrair de poços artesianos.

Foi verificado inconsistência nas informações das empresas quanto ao volume de água utilizado no processo, por cabeça de boi abatida, de modo geral, em função da tecnologia utilizada no processo. Considerando uma média, utilizam-se mil litros de água, e essa água utilizada, segundo os relatórios, é tratada antes de ser despejada no Rio Madeira, fonte hídrica significativamente importante para a Região.

O aspecto "Água", em razão da sua importância no processo e da possibilidade de monitoramento por parte do órgão fiscalizador, foi abordado por todas as empresas, conforme apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Análise dos indicadores da Aspecto Água.



Fonte: Elaborado pela autora.

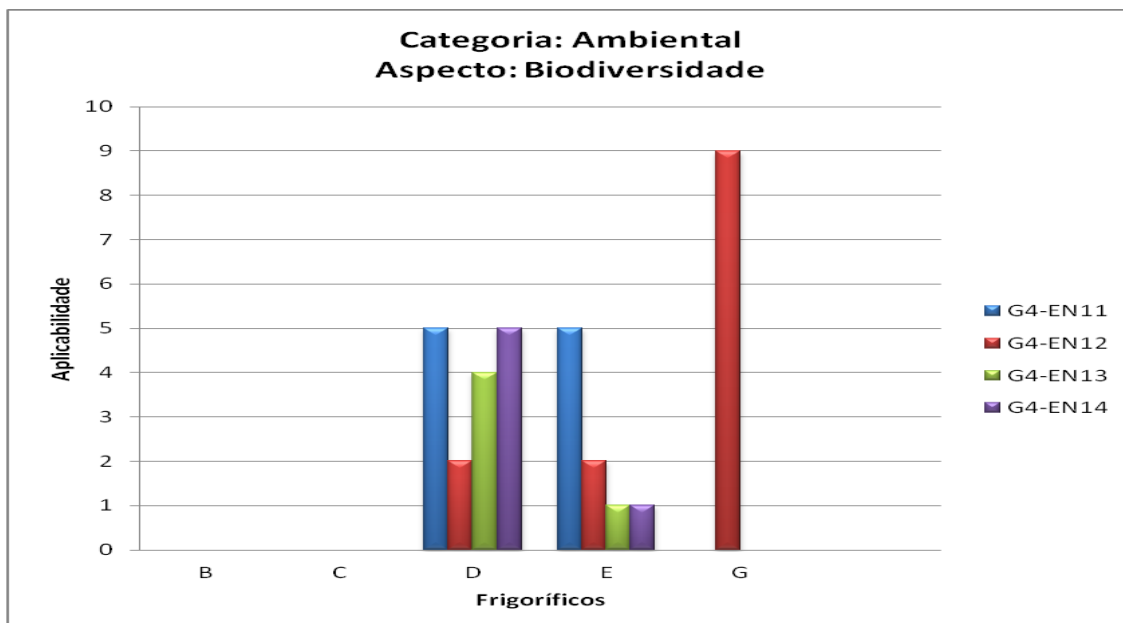
Foram identificadas uma preocupação com o volume de água utilizado no processo e algumas ações ainda muito incipientes quanto ao reaproveitamento da água utilizada. Identificadas também algumas práticas para coleta da água de chuva, como calhas, direcionando para as caixas que são os reservatórios.

A pesquisa identificou análises técnicas apresentadas pelas empresas, informando que a qualidade da água que é devolvida ao Rio Madeira é suportável considerando o volume de água do Rio.

Os PCAs e RMAs centralizam suas análises em alguns itens e a água é um deles, o que justifica o volume de conteúdo relatado e a qualidade da informação, em virtude da possibilidade de averiguação por parte do órgão fiscalizador.

As empresas D e G possuem uma tecnologia mais avançada e relatam com mais detalhes o processo e alcançam um nível de *disclosure* mais elevado.

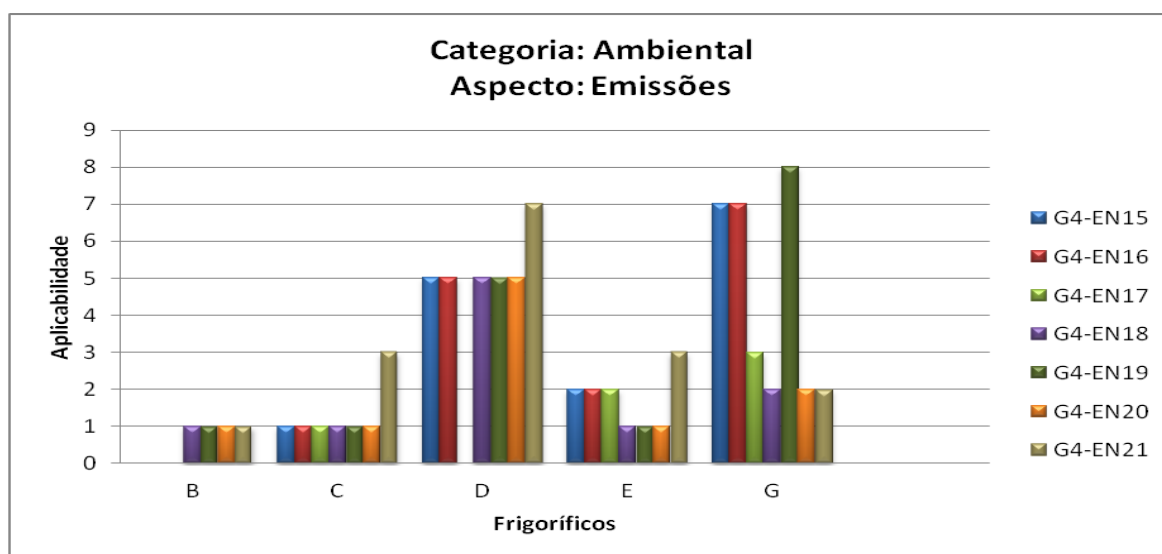
Quanto ao aspecto "Biodiversidade", que trata principalmente das áreas utilizadas (de conservação ou não), dos impactos diretos ou indiretos significativos sobre a biodiversidade e dos riscos e ações para minimizá-los, no gráfico 5 a seguir, está apresentado o resultado coletado:

Gráfico 5 - Análise dos indicadores do Aspecto Biodiversidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados mostram que duas empresas omitiram esse aspecto nos seus relatórios, outras duas empresas fizeram apenas menção a ele e a empresa G teve um relato significativo no indicador G4 - EN12 (áreas protegidas), revelando que existe uma discussão sobre o fato de a empresa estar ou não localizada em área protegida.

Outro aspecto que há relatos nos PCAs e RMAs, trata-se do aspecto "Emissões", que aborda e verifica as emissões de gases de efeito estufa, a camada de Ozônio e outras emissões de gases. A pesquisa verificou que todas as empresas abordaram o assunto, em níveis bem diferentes, conforme apresentado no gráfico 6:

Gráfico 6 - Análise dos indicadores do aspecto Emissões.

Fonte: Elaborado pela autora.

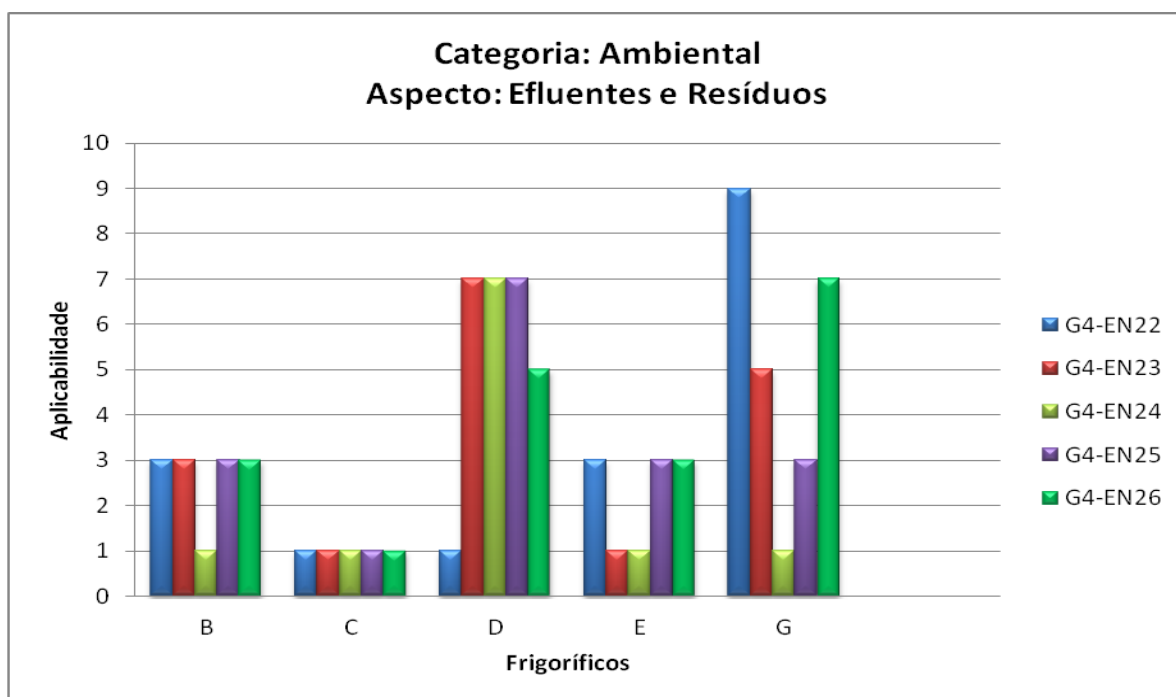
As empresas B e C e E abordaram com pouco conteúdo, ignorando e omitindo esse aspecto, em contrapartida, as empresas D e G, abordaram praticamente todos os indicadores e deram ênfase aos indicadores G4-EN15, G4-EN16 e G4-EN19 que tratam sobre as emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, inclusive com apresentação de índices de verificação e as práticas para minimizar os impactos.

Com relação ao aspecto “Efluentes e Resíduos”, o resultado da pesquisa indica que todas as empresas relataram sobre este aspecto, que trata especialmente do descarte da água, dos peso e volume dos resíduos, discriminados por tipo e método de disposição, dos tratamentos e transpostes desses resíduos e principalmente os impactos causados.

Conforme já mencionado, o aspecto “Efluentes e Resíduos” é um dos que as empresas relatam com mais conteúdo e qualidade de informação, principalmente por ser passível de verificação pela SEDAM, é o grande vilão das empresas.

Foi identificado que a tecnologia é uma grande aliada no processo e na redução dos resíduos, principalmente no trato das Lagoas que armazenam o sangue jorrado do processo. As empresas D e G investem para minimizar os impactos, conforme previsto nas "orientações" da SEDAM, tais como: lagoas impermeabilizadas com mantas, evitando contaminação deste resíduos com os lençóis freáticos, este investimento foi identificado nas informações relatadas e refletiu no grau de aplicabilidade do *disclosure* da organização. Os dados coletados estão apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Análise dos indicadores do aspecto Efluentes e Resíduos.

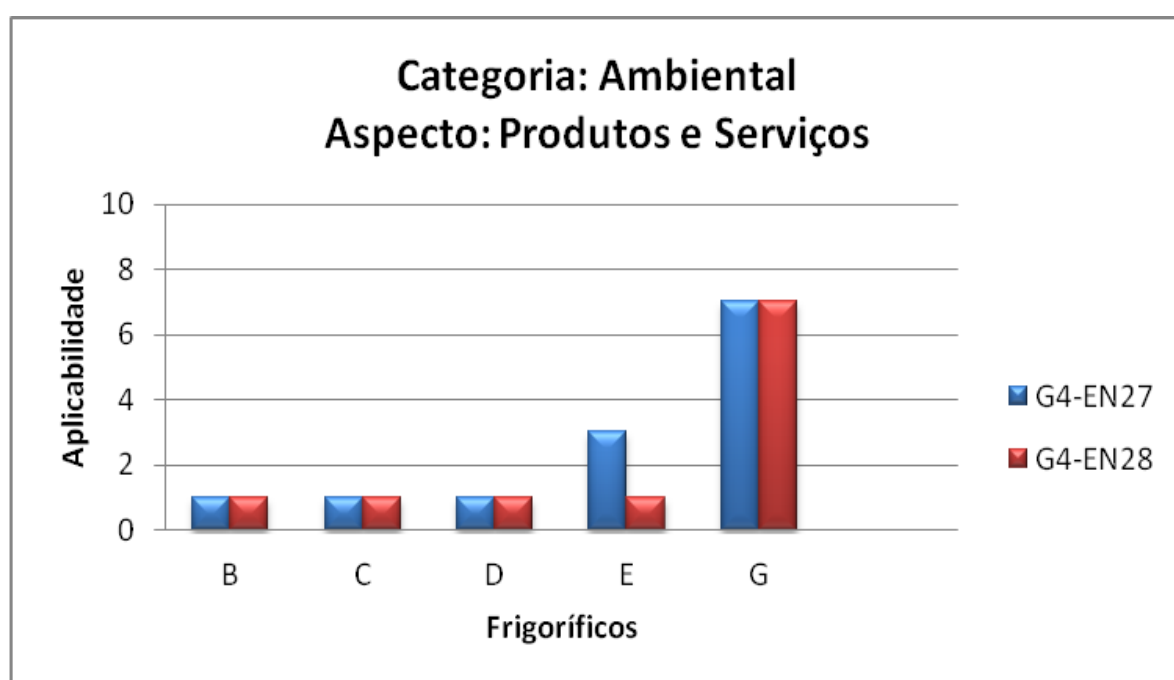


Fonte: Elabora pela autora.

Assim como o aspecto "Água", o aspecto "Efluentes e Resíduos" é objeto de verificação mais contundente de monitoramento, justificando a preocupação das empresas em relatar suas práticas.

Outro Aspecto que foi considerado e evidenciado alguma informação foi o "Produtos e Serviços", que possui apenas dois indicadores e aborda a mitigação dos impactos ambientais dos produtos e serviços e o percentual de recuperação de produtos e embalagens em relação ao total de produtos vendidos. O Gráfico 8 apresenta os dados obtidos na pesquisa.

Gráfico 8 - Análise dos indicadores do Aspecto Produtos e Serviços



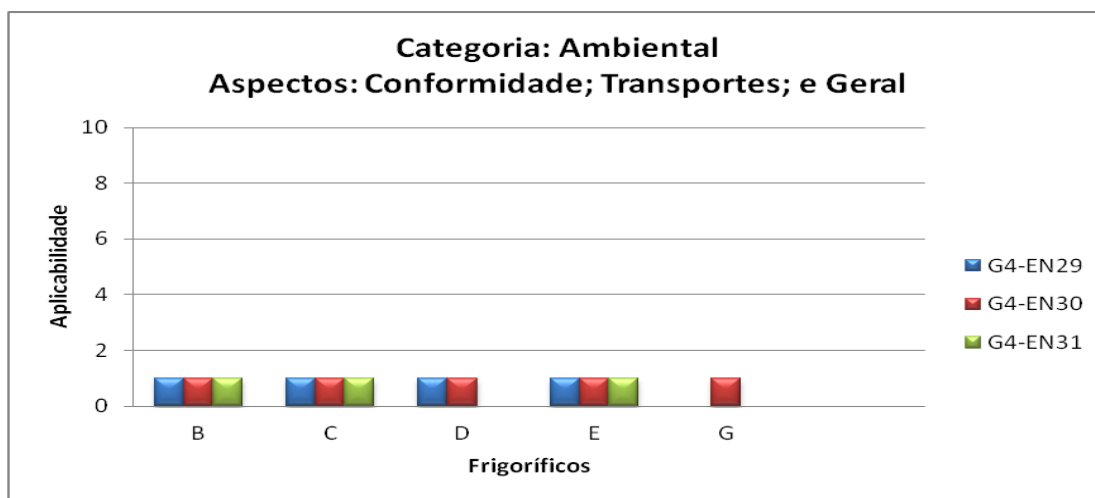
Fonte: Elaborado pela autora.

A aplicabilidade de conteúdo das empresas nos PCS e RMAs com relação a esse aspecto, Produtos e Serviços, só foi significativa na empresa G. A empresa E teve um indicador sendo evidenciado, as demais empresas fez alguma menção, obtendo o menor índice de *disclosure*.

Os aspectos "Conformidade, Transportes e Geral" tratam do cumprimento ou não da legislação que rege o setor, dos impactos significativos em consequência do transporte de produtos e pessoal, necessário para as operações.

Como obtiveram o mesmo nível de evidenciação, foram apresentados no mesmo Gráfico 9, a seguir:

Gráfico 9 - Análise dos indicadores dos Aspectos: Conformidade, Transportes e Geral.



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme comentado anteriormente, as empresas relatam minimamente as informações que são foco de monitoramento, esses aspectos foram praticamente desconsiderados por todas as empresas, obtiveram o menor nível de *disclosure*

Os aspectos "Avaliação Ambiental de Fornecedores" e "Mecanismos de Queixas e Reclamações" obtiveram pouca observância nos relatórios das empresas pesquisadas obtendo índices inexpressivos de *disclosure*.

Dentre os aspectos da categoria Ambiental, chamou bastante atenção o aspecto "Conformidade", que trata de verificar as sanções, valores referentes à falta de cumprimento da legislação, foi identificado por meio das entrevistas com técnicos da SEDAM, pois o Órgão faz um trabalho voltado para orientar, acompanhar e raramente punir. Quando ocorre a punição, segundo os técnicos, de forma geral, as multas são levadas à justiça e as penalidades não são suficientes para mudar a operação. Foi relatado ainda que as multas "nunca são pagas" e que não existe prisão por crime ambiental para os responsáveis, o que leva ao que foi evidenciado na pesquisa, como uma fonte de complacência.

4.3.3 Desempenho Social

A categoria Social dos indicadores da GRI aborda os impactos da empresa sobre os sistemas sociais em que ela está inserida. Essa Categoria é dividida em quatro Subcategorias, que relatam os conteúdos referentes às Práticas Trabalhistas e ao Trabalho Decente, aos Direitos Humanos, à Sociedade e à Responsabilidade pelo Produto. O resultado encontrado, nos dados coletados, nos indicadores dessa categoria, está apresentado no quadro 17

Quadro 17 - Distribuição dos Resultados da Análises dos Relatórios por Empresa comparado aos Indicadores do GRI da Categoria Social.

INDICADORES DE DESEMPENHO - GRI								
CATEGORIA		ASPECTOS	INDÚSTRIAS					
			INDICA- DORES	B	C	D	E	G
Social	Sub-Categoria Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Emprego	G4-LA1	0	0	0	0	1
			G4-LA2	0	0	0	0	0
			G4-LA3	0	0	0	0	0
		Relações Trabalhistas	G4-LA4	0	0	0	0	0
		Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA5	0	0	0	0	0
			G4-LA6	0	0	3	0	0
			G4-LA7	0	0	2	0	0
			G4-LA8	2	0	0	0	0
		Treinamento e Educação	G4-LA9	0	0	0	0	1
			G4-LA10	0	0	0	0	1
			G4-LA11	0	0	0	0	0
		Diversidade e Igualdade de Oportunidade	G4-LA12	0	0	0	0	0
		Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4-LA13	0	0	0	0	0
		Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	G4-LA14	0	0	0	0	0
			G4-LA15	0	0	3	0	0
		Mecanismos de Queixas e Reclamações	G4-LA16	0	0	0	0	0
	Sub-Categoria Direitos Humanos	Investimentos	G4-HR1	0	0	0	0	0
			G4-HR2	0	0	0	0	0
		Não - Discriminação	G4-HR3	0	0	0	0	0
		Liberdade de Associação e Negociação	G4-HR4	0	0	0	0	0
		Trabalho Infantil	G4-HR5	0	0	0	0	0
		Trabalho Forçado/Escravo	G4-HR6	0	0	0	0	0
		Práticas de Segurança	G4-HR7	0	0	0	0	0
		Direito dos Indígenas	G4-HR8	0	0	0	0	0
		Avaliação	G4-HR9	0	0	0	0	0
		Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10	0	0	0	0	0
			G4-HR11	0	0	0	0	0
		Mecanismos de Queixas e Reclamações	G4-HR12	0	0	0	0	0
	Sub-Categoria Sociedade	Comunidades Locais	G4-SO1	0	0	0	0	0
			G4-SO2	2	0	3	0	0
		Combate à Corrupção	G4-SO3	0	0	0	0	0
			G4-SO4	0	0	0	0	0
			G4-SO5	0	0	0	0	0
		Políticas Públicas	G4-SO6	0	0	0	0	0
		Concorrência Desleal	G4-SO7	0	0	0	0	0
		Conformidade	G4-SO8	0	0	0	0	0
		Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	G4-SO9	0	0	0	0	0
			G4-SO10	0	0	3	0	0
		Mecanismos de Queixas e Reclamações	G4-SO11	0	0	0	0	0
	Sub-Categoria Responsabilidade pelo Produto	Saúde e Segurança do Cliente	G4-PR1	0	0	3	0	0
			G4-PR2	0	0	0	0	0
		Rotulagem de produtos e Serviços	G4-PR3	0	0	0	0	0
			G4-PR4	0	0	0	0	0
			G4-PR5	0	0	0	0	0
		Comunicações de Marketing	G4-PR6	0	0	0	0	0
			G4-PR7	0	0	0	0	0
		Privacidade do Cliente	G4-PR8	0	0	0	0	0
		Conformidade	G4-PR9	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria social, com 48 indicadores, foi totalmente omitida nos relatórios das empresas C e E; foi mencionado em dois indicadores pela empresa B; em três indicadores pela empresa G, sendo a empresa D a que mais relatou e abordou apenas seis indicadores.

As práticas observadas, tratam-se de ações, principalmente relativas à segurança do trabalho, prevenção de doenças ocupacional e ao impacto causado na população do entorno. As entrevistas revelaram que essas práticas acontecem, porque estão relacionadas com a exigência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que anualmente promove a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).

A pouca expressividade de conteúdo abordando esse aspecto, nos relatórios das empresas pesquisadas, demonstra a falta de comprometimento da gestão com a Responsabilidade Socioambiental, com a promoção da saúde e segurança de seus empregados, com treinamentos e educação e com a sociedade.

A divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade é uma maneira de comunicar aos *stakeholders* o desempenho da empresa nos aspectos econômico, ambiental e social, refletindo os impactos positivos e negativos ocorridos pelo processo da empresa.

4.4 DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

Os resultados apontaram que as empresas elaboram Plano de Controle Ambiental e Relatórios de Monitoramento Ambiental, em que declaram suas práticas ambientais, focando principalmente nos recursos hídricos e resíduos gerados pelo processo produtivo. Nenhuma das empresas elabora relatórios de sustentabilidade, que contemplem as três dimensões (econômica, social e ambiental).

Das cinco empresas, três apresentaram os dois últimos Relatórios de Monitoramento Ambiental e estão devidamente regularizadas com a legislação ambiental.

Nenhuma das empresas divulga seus relatórios de monitoramento ambiental na Internet, ou mesmo os disponibiliza para os seus funcionários, clientes, fornecedores ou sociedade em geral. Vale ressaltar que a matriz de uma das empresas de Porto Velho, com várias filiais no Estado de Rondônia, é uma das empresas que declara o seu relatório de sustentabilidade conforme as diretrizes do GRI e fez o seu relato inclusive em 2013, estando disponível no *site* da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (2012).

Os Relatórios de Monitoramento Ambiental são disponibilizados para os órgãos fiscalizadores, no caso a SEDAM. O Governo, por meio do portal da transparência, decreta

que os documentos devem ser públicos no sitio, porém, por várias limitações, ainda se encontra indisponível.

A legislação Federal e Estadual obriga as empresas geradoras de resíduos a elaboração do PCA, para a Licença Prévia e a apresentação dos Relatório de Monitoramento Ambiental, que devem ser apresentados trimestralmente, por ser considerado um setor de alta complexidade, ou seja, gera muitos resíduos ao meio ambiente, com o objetivo de manter a Licença de Operação.

As empresas ainda não despertaram para o *Disclosure*, quando se trata de relatar suas ações ou políticas socioambientais, de fato, elas elaboram Relatórios de Monitoramento Ambiental por obrigação, em geral, produzidos por empresas terceirizadas.

De acordo com a pesquisa, não há previsão, por parte dos entrevistados, de que as empresas adotem a prática de declarar ou publicar o Relatório de Sustentabilidade.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa teve como objetivo geral analisar o nível de *disclosure* socioambiental aplicado na gestão das indústrias frigoríficas do município de Porto Velho, Rondônia, utilizando como parâmetro as diretrizes da GRI e da norma ABNT NBR ISO 26000, por meio da análise de conteúdo, e esse objetivo foi alcançado assim como também foram alcançados os objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi levantar o estado da arte no que se refere ao *disclosure* socioambiental do setor de frigoríficos, foi identificado que uma das empresas pertence a um grupo empresarial que já faz o seu relato socioambiental utilizando as diretrizes do GRI, um modelo que é o padrão internacional de relatos de práticas socioambientais, mas que não tem dados individualizados da filial de Porto Velho.

O segundo objetivo específico também foi atendido, pois foram identificadas as formas com as quais as empresas evidenciam suas práticas socioambientais, que se resumem praticamente em atender à legislação com a elaboração dos Planos de Controle Ambiental e dos Relatórios de Monitoramento Ambiental, apresentados trimestralmente, para cumprir as exigências da SEDAM.

O terceiro e último objetivo específico foi atendido e apresentado no Capítulo 4, com os resultados das coletas e as análises dos indicadores avaliados nas empresas pesquisadas, sempre levando para comparação uma análise ampla, com padrões de referência de dimensões nacional e mundial.

No campo das hipóteses, a pesquisa previu a possibilidade de que as empresas frigoríficas de Porto Velho desconheciam o uso do *disclosure* socioambiental como estratégia ou política de gestão e até de comunicação com seus *stakeholders* ou ainda que desconsideravam o *disclosure* como uma vantagem competitiva. Com os dados coletados, pôde-se concluir que as hipóteses estavam corretas.

O estudo verificou que existe uma cultura de exploração dos recursos naturais, praticamente sem punição e que os profissionais não estão capacitados nem têm conhecimento suficiente para conduzir um processo de mudança dessa situação. Nas entrevistas, foi possível verificar que o custo para implantação da tecnologia de tratamento dos resíduos é elevado e essa também é uma hipótese confirmada, pois se verifica que a empresa não pretende declarar ações de práticas ultrapassadas, o que implica no custo para viabilizar o *disclosure* socioambiental.

Ficou claro que as empresas conhecem a legislação, procuram cumpri-la minimamente para garantir o funcionamento da empresa e essa situação foi verificada com mais propriedade, concluindo que existe uma alta complacência por parte da gestão das empresas, que se alarga com os funcionários e chega ao seu nível mais alto com os órgãos fiscalizadores, que conhecem a legislação, conhecem a representatividade desse setor na economia do Estado, são conhecedores dos impactos causados ao meio ambiente e à população, pelo descumprimento da legislação e, ainda assim, são brandos, convivem com as limitações práticas de maneira rudimentar.

Considerando que as empresas são de difícil acesso, foi necessário transpor barreiras para ter acesso aos documentos analisados, Plano de Controle Ambiental e Relatórios de Monitoramento Ambiental e chegar às informações coletadas. Uma pesquisa no setor, sobre um tema tratado como "muito delicado", gerou um incômodo: o setor e o órgão fiscalizador estavam com situações estagnadas e reativou a necessidade de as empresas e de o órgão controlador, fiscalizador, reconsiderar a situação, passando a olhar os fatos como uma situação que precisa ser trabalhada, evoluída. Acredita-se que esta pesquisa contribuirá para motivar ações que promovam a redução da alta complacência identificada no setor.

Identificadas algumas fontes de complacência, a pesquisa concluiu que é necessário implementar um senso de urgência em toda a cadeia produtiva, para que a legislação seja cumprida. Essa é uma condição *sine qua nom* para a continuidade da atividade da empresa, mas, tão importante quanto, é necessário um senso de urgência para desenvolver a consciência ambiental, social e econômica nos gestores das empresas do setor pesquisado e dos governantes, pois essa é a única forma de manter uma indústria que se apropria dos recursos naturais, que são de todos, inclusive dos seus *stakeholders*, explora-os e os devolve em estado degradado.

Com um senso de urgência estabelecido, uma consciência socioambiental adequada na cadeia produtiva, é possível administrar todas as fontes de complacência, como a ineficiência da gestão de controle, a baixa qualificação da mão de obra, a centralização de informação - nesse caso, o *diclosure* é a ferramenta que contribuirá para melhor desempenho das políticas e das práticas da empresa -, em paralelo à legislação, precisa ser exigida e a impunidade ser intolerável. A informação é a ferramenta que o cliente, o funcionário, os bancos, o sindicato, os investidores e, sobretudo, a sociedade possui para conhecer, analisar, apreciar e/ou desaprovar tais práticas.

Recomendam-se que os frigoríficos de Porto Velho, mesmo com as adversidades que enfrentam, devem trabalhar para desenvolver a consciência com uma visão de

sustentabilidade para a empresa, e para alcançar a sustentabilidade, uma ferramenta pode ser a utilização do modelo de relatório socioambiental (GRI) ou o formulário utilizado e aplicado nas análises, como instrumento de motivação, de mudança de comportamento e direcionamento para elaborar suas políticas e práticas socioambientais, sempre, considerando os três pilares, das dimensões da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Recomenda-se ainda, que seja avaliada a conformidade das informações relatadas nos PCAs e RMAs com as ações praticadas nas empresas pesquisadas e a frequência com que as empresas são monitoradas pelo órgão fiscalizador, como forma de reduzir a alta complacência identificada na pesquisa.

Para pesquisas futuras, sugere-se que a população seja ampliada no âmbito estadual. Além disso, sugere-se que seja feito um comparativo do *disclosure* do setor no Estado de Rondônia com o *Disclosure* de empresas de outro(s) Estado(s).

REFERÊNCIAS

- ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. **Estatísticas do Setor**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/estatisticas/>>. Acesso em: 25 set. 2013.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas –. **ABNT NBR ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.
- ALIGLERI, Lilian Mara. **A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas**. Tese (Doutorado em Administração da Universidade de São Paulo). São Paulo, USP, 2011.
- ALMEIDA, M. R. A.; SILVA NETO J. M.; SIENA, O. Evidenciação de Informações Socioambientais em Empresas de Bens de Consumo: Estudo a partir do Ranking da Revista Exame. Anais do XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – **ENGEMA**. São Paulo: USP, 2013.
- ANDRADE, A.; ROSSETI, J. P. **Governança corporativa**: desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2004.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BARBIERI, José Carlos *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. V. 50, nº 2, abril/junho 2010, pp. 146-154. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902010000200002.pdf>. Acesso em: 02 abril 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BOVESPA. **Empresas Listadas**: Relatório de Sustentabilidade ou Similar. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Lista-empresas-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- BRASIL. **Decreto nº 30.691**, de 29 de março de 1952. Dispõe sobre a regulamentação da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
- _____. Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 02 set. 1981.
- _____. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 18 mar. 2005.
- _____. Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições de padrões de lançamento de efluentes. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 16 mai. 2011.

- BURGWAL, Dion van de VIEIRA, Rui José Oliveira. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. **Revista Contabilidade & Finanças**. [online]. 2014, vol.25, n.64, pp. 60-78. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/80750/84401>> Acesso em 13 mai. 2014.
- CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (Org). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.
- CHEN, Kevin C. W.; WEI, K. C. John; CHEN, Zhihong. Disclosure, Corporate Governance, and the Cost of Equity Capital: Evidence from Asia's Emerging Markets. **SSRN** June 2003. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.422000>> Acessado em setembro/2014.
- COSTA, M.I; GALLON, A.V.; TORRES, L.S. Análise do Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Premiadas por suas Práticas de Responsabilidade Socioambiental. Anais...**SIMPOI**. São Paulo: FVG: 2011.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUENCA, Angela M. B. *et al.* **Guia de Apresentação de Teses**. Faculdade de Saúde Pública da USP. 2ª ed. São Paulo: USP, 2008. Disponível em <<http://www.bvs-sp.fsp.usp.br:8080/html/pt/paginas/guia/home.htm>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. **Revista Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.
- DIAS FILHO, J. M.; Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: **EnANPAD**, 31, 2007. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.
- ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores Ethos de responsabilidade social**. São Paulo: Ethos, 2011. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/IndicadoresEthos_2011_PORT.pdf>. Acesso em 17 mar. 2013.
- FERREIRA, A.B. de H. 1982. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 11ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1335 p.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIAMBIAGI, Fábio; SCHWARTSMAN, Alexandre. **Complacência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRI - *Global Reporting Initiative*. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. GRI, 2006. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3_portugues.pdf> Acessado em 28 abril 2013.

_____. **Relatório do 2º. Grupo de Trabalho sobre a terceira geração das diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative**. 2ª ed. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-6d4GT%20GRI%20G3_REVISADO_041208.pdf>. Acesso em 20 jun. 2013.

_____. **GRI G4 Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. GRI, 2013. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Unietos/documents/gri_g4_portugues.pdf> Acesso em: 28 fev. 2014.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa Qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas - RAE**. São Paulo, v.35, n.3, p.20 a 29 Mai/Jun 1995.

HSM Management. Somos só 11% sustentáveis. **Revista HSM Management**, nº 98, maio-Junho/2013, p.15, São Paulo.

IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <www.ibgc.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2013.

IBGE. **Relatório da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**. 3º trimestre, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producao_agropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201302_publ_completa.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

KOTTER, John P. **Liderando Mudanças**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
LANZANA, Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2004.

LIMA, Gerlando. A. S. F. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 2007.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dados de Rebanho Bovino e Bupalino do Brasil - 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Dados%20de%20rebanho%20bovino%20e%20bupalino%20do%20Brasil_2012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

MEBRATU, Desta. *Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review*. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520. Disponível em <http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/1998_Sustainability_and_sustainable_development_Historical_and_conceptual_review.pdf> Acesso em 01 set. 2013.

MURCIA, Fernando. D. R. **Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário de Companhias Abertas no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Artur Roberto *et al.* Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 15-40, jan./mar. 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de

bancos e instituições assemelhadas. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, 15, 1996, Brasília. Anais... Brasília: CFC, 1996.

OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores. **Revista de Administração Estratégica - RAE**, vol. 4, n. 1, p. 5, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/odm/index.php> >. Acesso em 02 abril 2012.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: síntese para tomadores de decisão**. PNUMA, 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>. Acesso em 30 mar. 2012.

RENEKER, Maxine H. A qualitative study of information seeking among members of na academic community: methodological issues and problems. *Library Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 487-507, Oct. 1993

RONDÔNIA. Lei nº 547/93, de 30 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia. **Diário Oficial [do Estado de Rondônia]**, Porto Velho, RO, 30 dez. 1993.

_____. Decreto nº 17.145, de 1º de outubro de 2012. Regulamenta o acesso a informações previsto na Constituição Federal. **Diário Oficial [do Estado de Rondônia]**, Porto Velho, RO, 05 out. 2012.

SACHS, Ignacy. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2013.

SALOTTI, Bruno M., YAMAMOTO, Marina M. Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. **BBR - Brazilian Business Review**. 2005, N. 2. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123016184004>> Acessado em outubro/2014.

SAMPAIO, M. S. *et al.* Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 8, n.1 p. 108, Jan-mar. 2012.

SCHMIDT, Flávia. **Entendendo o que é sustentabilidade**. Instituto Percepções de Responsabilidade Social, 2013. Disponível em: <<http://www.percepcoes.org.br/artigos.asp?idartigo=261>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

SENGE, Peter *et al.* **A Revolução Decisiva**: como indivíduo e organizações trabalham em parceria para criar um mundo sustentável. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SIENA, Osmar. **Metodologia da Pesquisa Científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: UNIR, 2007.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VEIGA, José Eli. Indicadores de sustentabilidade - Dossiê Teorias Socioambientais. **Revista Estudos Avançados**, vol.24 n.68. São Paulo, 2010.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n° 32, p. 97-180, 2001. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.276699>> Acessado em setembro/2014.

VOSS, Barbara de Lima. **Environmental disclosure**: estudo sobre a evidenciação ambiental dos resíduos sólidos presentes nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras potencialmente poluidoras para o ano de 2010. Dissertação de Mestrado UFSC. Florianópolis: UFSC, 2012.

APÊNDICE

Formulário para Coleta de Dados

Questionário dirigido à Direção: Identificação do perfil do (a) entrevistado (a)

Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	Idade: _____
Cargo: _____	Tempo de atividade na empresa (em anos). _____
Formação acadêmica: _____	
Nome: _____	

Identificação da Empresa

Tempo de Atividade (em anos): <input type="checkbox"/> Até 01 ano <input type="checkbox"/> entre 01 e 05 anos <input type="checkbox"/> mais de 05 anos <input type="checkbox"/> entre 05 e 10 anos <input type="checkbox"/> Mais de 10 anos	Observações: _____
Matriz ou Filial: _____	Outras filiais: _____
Nome: _____	
Endereço: _____	

Relatório de Sustentabilidade na Empresa

A empresa elabora Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social ou documento similar para divulgar seu desempenho ou práticas relacionadas aos temas ambiental, social e econômico? <div style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</div>
Se elabora, para a pergunta acima, os Relatórios de Sustentabilidade estão publicados na web ou disponibilizado de fácil acesso aos seus <i>stakeholders</i> ? <div style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</div>
O Relatório de Sustentabilidade é disponibilizado para algum órgão controlador ou fiscalizador? Qual? <div style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</div>
Qual? _____
Existe a obrigatoriedade de elaboração de Relatório de Sustentabilidade, por parte de algum órgão regulador? <div style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</div>
Caso não seja elaborado Relatório de Sustentabilidade, qual a forma que a empresa utiliza para se comunicar com seus <i>stakeholders</i> sobre suas políticas e práticas socioambientais? _____ _____
Caso a Empresa não elabore Relatório de Sustentabilidade, em quanto tempo (em anos) pretende elaborar? <div style="text-align: center;">_____ ANOS</div>

Orientações para responder questionário que segue

As afirmações do questionário objetiva avaliar qual o grau de *disclosure* em relação a cada indicador da GRI e/ou da ISO26000 e ainda como está ocorrendo o *disclosure* informacional nas práticas socioambientais no dia-a-dia deste frigorífico.

Para facilitar a resposta, foi elaborado o seguinte critério de avaliação para a marcação:

- 1 – ALTO (10/9)** (Se os indicadores são totalmente aplicados e executados na Empresa)
- 2 – MODERADAMENTE ALTO (8/7)** (Se os indicadores estão em estágio avançado de execução na Empresa)
- 3 – MODERADO (6/5)** (Se os indicadores estão em estágio médio de desenvolvimento na Empresa)
- 4 – MODERADAMENTE BAIXO (4/3)** (Se os indicadores estão em estágio inicial de execução na Empresa)
- 5 – BAIXO (2/1)** (Se existe pouca prática dos indicadores na Empresa)
- 6 – NÃO SE APLICA (0)**

Assim, a cada item você deve escolher uma única opção de “Grau de aplicabilidade”.

Lembrando que não será identificada nem a Empresa nem o Entrevistado na formatação da pesquisa.

Indicadores	Grau de Aplicabilidade					
	Alto	Moderadamente Alto	Moderado	Moderadamente Baixo	Baixo	Não se Aplica
21. G4-EN12: Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas						
22. G4-EN13: Habitats protegidos ou restaurados						
23. G4-EN14: Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats						
24. G4-EN15: Emissões diretas de gases de efeito estufa						
25. G4-EN16: Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia						
26. G4-EN17: Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa						
27. G4-EN18: Intensidade de emissões de gases de efeito estufa						
28. G4-EN19: Redução de emissões de gases de efeito estufa						
29. G4-EN20: Emissões de substâncias que destroem a camada de Ozônio						
30. G4-EN21: Emissões de NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas						
31. G4-EN22: Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação						
32. G4-EN23: Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição						
33. G4-EN24: Número total e volume de vazamentos significativos						
34. G4-EN25: Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentual de resíduos transportados internacionalmente						
35. G4-EN26: Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização						
36. G4-EN27: Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços						
37. G4-EN28: Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminado por categoria de produto						
38. G4-EN29: Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis ambientais						
39. G4-EN30: Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados						
40.. G4-EN31: Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, discriminado por tipo						

Indicadores	Grau de Aplicabilidade					
	Alto	Moderadamente Alto	Moderado	Moderadamente Baixo	Baixo	Não se Aplica
41. G4-EN32: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais						
42. G4-EN33: Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito						
43. G4-EN34: Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal						
44. G4-LA1: Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região						
45. G4-LA2: Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral, discriminado por unidades operacionais mais importantes da organização						
46. G4-LA3: Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero						
47. G4-LA4: Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva						
48. G4-LA5: Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e empregados de diferentes níveis hierárquicos						
49. G4-LA6: Tipos de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero						
50. G4-LA7: Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas a sua ocupação						
51. G4-LA8: Tópicos relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos						
52. G4-LA9: Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminado por gênero e categoria funcional						
53. G4-LA10: Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria						
54. G4-LA11: Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminados por gênero e categoria funcional						
55. G4-LA12: Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria, de acordo com o gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade						
56. G4-LA13: Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes						
57. G4-LA14: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas						
58. G4-LA15: Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito						

Indicadores	Grau de Aplicabilidade					
	Alto	Moderadamente Alto	Moderado	Moderadamente Baixo	Baixo	Não se Aplica
59. G4-LA16: Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal						
60. G4-HR1: Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos						
61. G4-HR2: Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados						
62. G4-HR3: Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas						
63. G4-HR4: Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito						
64. G4-HR5: Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil						
65. G4-HR6: Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo						
66. G4-HR7: Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações						
67. G4-HR8: Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito						
68. G4-HR9: Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos						
69. G4-HR10: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos						
70. G4-HR11: Impactos negativos significativos reais e potenciais em dir. hum. Na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito						
71. G4-HR12: Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal						
72. G4-SO1: Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local						
73. G4-SO2: Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais						
74. G4-SO3: Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados						

